

ACTA Nº 21
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2004

Aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatro, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 20:45 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 20, da sessão de 24 de Setembro de 2004.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Documentos Previsionais:

a) Orçamento para o ano de 2005;

b) Grandes Opções do Plano para o ano de 2005;

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2005.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Empréstimo a Curto Prazo.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Exposição apresentada pelos moradores da Av. da Quinta da Prata.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Projecto de Regulamento de apoio à conservação e beneficiação de habitações de pessoas carenciadas do Município de Borba.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Projecto de Regulamento do Cartão Municipal do Idoso.

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal: Boa noite. Está aberta a sessão. Vamos proceder à chamada.

O Presidente da Assembleia Municipal: mandou realizar a chamada verificando-se a presença dos seguintes membros: Joaquim Maria Godinho Veiga, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Rui Manuel Ganito Bacalhau, Jacinto Mouquinho (substituto do membro Joaquim Miguel Manguinhas), Diogo Manuel Canhão Sapatinha, Francisco Mendes (substituto do membro Jerónimo Cavaco), Augusto Manuel Bilro Guégués, António Joaquim Moura Lopes, Norberto João Figueiras Alpalhão, Luís Manuel do Nascimento, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Barroso Paixão, José António Carapeto Dias, António Anselmo. Verificaram-se as ausências dos membros Joaquim Miguel Bilro Manguinhas (Anexo 1), Jerónimo João Pereira Cavaco (Anexo 2). Não compareceram e nem apresentaram justificação de falta os membros Ivone Espiguiña e António Andrade.

O Presidente da Assembleia Municipal: Obrigado. Vamos iniciar a agenda de trabalhos, começando pelo Período de Antes da Ordem do Dia. Um ponto um (1.1): "Leitura de expediente".

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

O membro António Proença : Boa noite a todos. No que diz respeito ao expediente, a parte que nós considerámos relevante ou importante foi fotocopiada e entregue a todos os senhores Deputados. A restante correspondência encontra-se aqui, como habitualmente (anexo 3 e anexo 4). Se alguém quiser consultar, faz favor. Muito obrigado.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia:

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, vamos passar ao ponto um dois (1.2): "Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia". Se alguém se quiser inscrever, faz favor. Como não há inscrições, passamos ao ponto dois (2): "Período para Intervenção do Público".

PONTO DOIS: Período para Intervenção do Público.

O Presidente da Assembleia Municipal: Se alguém se quiser inscrever, do público, faz favor de se identificar-se e pedir autorização para falar.

Senhor Crispim Consulado : Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores. Decorreu um ano sobre a instalação dos tão falados depósitos de vinho junto dos logradouros das nossas residências, com todos os inconvenientes sobejamente conhecidos. Nós que ali residimos é que sabemos o martírio que passamos com o Verão quentíssimo, com o sol a envolver aqueles bólides, as ondas de calor que dele emanavam, o efeito de reflexo, enfim, uma série de coisas que põem à prova a nossa resistência. No entanto, doze meses decorridos sobre este, sobre a instalação dos ditos depósitos, verificamos que a situação se mantém na mesma que conhecemos no primeiro dia. Parece-nos assim que esta situação não se possa perpetuar e a continuarmos assim, a viver o nosso quotidiano nestas condições, não podemos ter diálogo com o senhor presidente da Direcção da Adega que é alérgico, por natureza, a diálogo. A primeira vez que teve um diálogo comigo disse-me, peremptoriamente, que, se eu sabia quem era o culpado daquela situação. Ora, toma-nos como se fôssemos uns, uns idiotas, uns pobres de espírito e eu disse-lhe: "Sim, sei. Foi o senhor" e ele retorquiu - foi a única vez que falou comigo - e ele retorquiu: "Não. Foram as Direcções anteriores que passaram pela Adega que criaram" e eu verberei-lhe a afirmação e disse: "Não, que nós sabemos que foi o senhor. O senhor, desde que tomou conta desta coisa, os problemas não têm cessado de nos atormentar o nosso quotidiano" e isto encontra-se numa situação que, na minha forma de ver e que estou ali a viver o quotidiano, parece-me que encoraja o senhor presidente da Adega a estender os tentáculos a outras zonas da vila como, por exemplo, a Avenida da Estação onde colocou uns bólides para um volume de trezentos e cinquenta mil litros (350.000L) cada um, situados paralelo ao, ao antigo armazém da CP e estando a escassos dez metros (10m) instalado um depósito de gás propano que se encontra, da Shell, que se encontra colocado sobre um suporte de ferro a céu aberto. De forma que, como a situação, todos nós sabemos, não é nada brilhante. Eu gostaria de poder resolver isto pelo diálogo, mas isso está posto de parte porque não há possibilidades. Esgotou-se a nossa paciência e o tempo provou-nos que não vale a pena esperar mais. E vou ser muito breve, agradecia a todos, o senhor presidente da Assembleia, o senhor presidente da Câmara, os senhores deputados, a sua melhor concentração neste problema que pode ser trágico. Não foi já porque, há dias, a terra tremeu, todo o mundo sabe, na escala de Richter, foi cinco vírgula sete (5,7) ou qualquer coisa. Podia ser um pedacinho mais forte e possivelmente já eu aqui não estaria a falar-vos e a incomodar-vos. Mas o senhor presidente da Adega, esse certamente estaria no seu palácio em Évora aspirando uma boa brisa e ficava incólume. Creio que sintetizei a situação que não é nada agradável, volto a dizer, e que, e que não é visto, não é visto por muito boa gente com bons olhos, como se diz aqui vulgarmente. Assim, creio ter, fazer, creio ter feito sentir a minha posição perante uma situação destas. É gritante. Mais devo informar que gente de categoria a quem eu tenho convidado e alguns que me têm pedido, têm ido ao local, na minha casa, à varanda para se aperceberem da monstruosidade ali instalada e todos foram unânimes em dizer: "Alguém tem que travar os caprichos deste senhor porque existem leis e nós pensamos que este senhor presidente da Direcção da Adega que não está acima da lei vigente". Meus senhores, desculpem. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, os membros do Plenário já devem ter verificado que existe um ponto três, seis (3.6) no Período da Ordem do Dia em que se poderá analisar mais pormenorizadamente esta situação. Não sei se alguém quer falar sobre o assunto. Pergunto: mais alguém do público deseja usar da palavra? Vamos passar ao período da ordem do dia

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 20, da sessão de 24 de

Setembro de 2004.

O Presidente da Assembleia : Portanto, nós vamos avançar com o Período da Ordem do Dia. Relativamente ao ponto três, um (3.1), que é " Análise Conducente à Aprovação da Acta Número Vinte da Sessão de vinte e quatro de Setembro de dois mil e quatro" . Alguém se quer inscrever para falar sobre este ponto? Portanto, como não há inscritos, vamos passar à votação. Quem vota a aprovação da acta, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra a aprovação da acta, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém? A acta está aprovada, com onze votos a favor, quatro votos contra e duas abstenções.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Documentos Provisionais:

a) Orçamento para o ano de 2005;

b) Grandes Opções do Plano para o ano de 2005;

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar ao ponto três, dois (3.2) - "Documentos Provisionais - Orçamento para o ano dois mil e cinco. Grandes Opções do Plano para o ano dois mil e cinco". Se o Plenário concordar, nós vamos discutir os dois pontos simultaneamente e depois votamos separadamente. Pode ser assim? Ninguém se opõe? Portanto, passava a palavra ao senhor presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Muito obrigado, senhor presidente. Boa noite a todos. Neste ponto, portanto, quer em relação ao Orçamento, quer em relação às Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimento, quero-lhes dizer que, no fundo, em termos de novidades, não trará grandes novidades se considerarmos o Plano Plurianual que foi apresentado quando nós tomámos posse desta Câmara. Portanto, acontece que nós tínhamos uma linha de actuação, foi essa linha de actuação que nós, que nós seguimos; infelizmente há alguns projectos que nós gostaríamos de ter visto concretizados, mas que, por dificuldades de vária ordem, quer relacionados com as receitas que esperávamos, quer relacionados com, enfim, outros projectos que nós, à partida, gostaríamos de ver aprovados e não foram, acontece que há alguns projectos que se têm mantido e que nós teimamos em não retirar e eu digo "teimamos" porque entendo que há alguns destes, sobretudo no Plano Plurianual, há alguns projectos que aí aparecem e que nós não tivemos oportunidade de os concretizar nem sabemos se haverá ou não essa hipótese, tudo depende das mudanças que esperemos que se venham a concretizar para bem, se calhar - espero eu - de Borba e do interior do país. Quero desde já assumir que há, ao nível orçamental, algumas opções que foram tomadas que são fundamentalmente opções políticas. Há por aí algumas rubricas que têm alguns valores; tiveram que ser, não direi empolados, mas enfim, aumentados, aumentados e que poderemos eventualmente vir, vir a ter dificuldades ou algumas dificuldades em que elas se, se concretizem, em que elas, de facto, sejam atribuídas dessa forma que aí estão, mas entendemos que, não tendo aí os projectos, não tendo aí essas verbas, era assumir que não tínhamos vontade de fazer as obras. Como entendemos; como não estamos nessa disposição, optámos por, por as manter, assumindo desde já que realmente há algumas dificuldades em explicar, por vezes, em termos técnicos, algumas situações, mas que em termos políticos nós as assumimos, assumimos com toda a frontalidade porque entendemos que os projectos aí devem constar. E, para já, disse.

O Membro Luís Nascimento : Ora, boa noite. Esta intervenção inicial do senhor presidente da Câmara, de facto, surpreende-me. Surpreende-me porque vem a assumir aquilo que já nós, o ano passado, o afirmámos em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento que foram apresentados e surpreende-me porque, de facto, assume que este orçamento, ele disse "empolar" e depois pôs uma barra ao meio e disse "aumentar"; de facto, este, este orçamento volta a aparecer empolado, o que contraria as regras do POCAL que são claras em relação a essa matéria. Eu entendo perfeitamente quais são as opções políticas do Executivo Municipal e pegando, de facto, um pouco nas palavras que o senhor presidente aqui colocou para apresentar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, isto, em vez de ser, de facto, uns documentos provisionais, são antes, são antes quase que um programa político com vista já às próximas eleições eleitorais. Eu admiro-me como é que é possível, de facto, que se olhe para um orçamento que deve de

alguma forma prever, por isso são documentos provisionais, prever a actividade municipal, engrossando, engrossando de uma forma ligeira - no meu ponto de vista - algumas, algumas rubricas para, de facto, termos um orçamento de treze milhões e duzentos e oitenta e tal mil euros. Isto acontece e vê-se claramente que isto acontece em duas rubricas claras, que são nas Outras Receitas Correntes e que são nas Outras Receitas de Capital. E se nós compararmos, de facto, quer o orçamento do ano passado, quer o orçamento deste ano, com a execução que nos é apresentada agora em Novembro, vemos que isto, de facto, são, são duas verbas de faz-de-conta. Um milhão, cento e oitenta mil euros (1.180.000) quase em Outras Receitas Correntes que não se sabe quais são, hão-de cair de qualquer lado, e nas Receitas de Capital - pasme-se - quase três milhões e meio de contos (3.500.000\$00) previstos de receitas para uma execução, em dois mil e quatro, de cinquenta e cinco euros (55). Pronto, eu gostava de saber até, se fosse possível, que os técnicos da Câmara que elaboraram este, este Orçamento, independentemente de serem opções políticas, nos justificassem como é que conseguem, de facto, introduzir estas verbas tão volumosas tendo por comparação, de facto, uma execução muito, muito, muito aquém daquilo que está, que está previsto, não é? Depois, aliando a isto, aliando este facto, temos que o Orçamento, o Orçamento apresenta mais um conjunto de verbas que não se sabe de onde é que hão-de cair. As Grandes Opções do Plano e o PPI apresentam mais um conjunto de verbas que não se sabe onde é que hão-de cair no valor de três milhões cento e oitenta e tal mil euros, não é? Que são as tais, os tais valores que não estão definidos quer no PPI, quer nas Grandes Opções do Plano. Se a isto aliarmos, se a isto aliarmos aquelas verbas já tão altamente empoladas e que se podem, podem rondar, de facto, comparando com a execução actual, quatro milhões e meio de euros (4.500.000), temos um défice neste, nestas Grandes Opções do Plano e Orçamento de mais de sete milhões de euros (7.000.000), não é? O que corresponde, o que corresponde; este défice que está previsto para o ano de dois mil e cinco corresponde, neste momento, a mais, a mais do que foi executado em dois mil e quatro. Isto, de facto, é, de alguma forma, brincarmos com as contas e procurar criar aqui assim um documento que pretende apresentar um grande volume de iniciativas de obras e despesas e naturalmente em receitas dessa Câmara Municipal, mas que efectivamente isto não, na prática, não, não vai acontecer. A experiência de há dois anos, a experiência do ano passado e do, deste, deste ano que está a correr, de facto, isso revela, não é? Um empolamento muito forte, depois com uma capacidade de execução muito, muito, muito reduzida, cerca de metade que não nos convence; a nós, particularmente, não nos convence sobre nada. Para já, era isto.

O Presidente da Assembleia Municipal : Muito obrigado. Mais alguém quer falar sobre este assunto? Como não há mais ninguém a falar, senhor presidente da Câmara, quer falar?

O Presidente da Câmara Municipal : Só um breve, breve comentário. Se compararmos, por exemplo, é óbvio que regras são regras e não há dúvida que as regras do POCAL são mais apertadas e que as Câmaras tentam torneá-las e todas elas as tentam torner da mesma maneira. Nós, nas Câmaras, falamos todos uns com os outros, felizmente, independentemente das forças políticas a que pertencemos, e todos nós nos debatemos com problemas idênticos. Portanto, isso que aqui está, não é um problema específico de Borba. Hoje estamos em Borba, que a Câmara felizmente mudou para o partido socialista, mas noutras situações em que as Câmaras são maioritariamente CDU's, a situação é idêntica ou pior. Já agora e a propósito de, de receitas e despesas correntes, queria só chamar a atenção para o seguinte. Em termos de receitas correntes, se nós não tivéssemos esse, esse milhão que está aí, por exemplo, em termos de outras receitas correntes e se comparássemos os valores que temos de receitas, imediatamente, e comparássemos esses valores das receitas. Portanto, "Impostos directos": quinhentos e cinquenta e dois mil (552.000). "Impostos indirectos": setenta e nove mil (79.000). "Taxas, multas e outras penalidades": oitenta e três mil (83.000). "Rendimentos de propriedades": cento e noventa e oito mil (198.000). "Transferências correntes": dois milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e oitenta (2.197.380). Isto mal chega para pagar somente as despesas com pessoal. Despesas com pessoal, estamos a falar de dois milhões setecentos e oitenta mil euros (2.780.000). Dois milhões, setecentos e oitenta mil euros só despesas com pessoal porque depois, se lhe juntarmos aqui mais "Juros e outros encargos": cento e dezanove mil (119.000) e mais, enfim, algumas "Transferências correntes": duzentos e cinco mil (205.000). Portanto, verifiquem como é que a Câmara de Borba está em termos orçamentais, estamos a falar de despesas correntes. É óbvio que aqui a situação é muito mais complicada, não é? Em relação às despesas de capital, naturalmente que já vos disse que foi uma opção política e que em termos técnicos, às vezes não é fácil

justificar este tipo de verbas que, por vezes, aí aparecem "Outros", não é? É óbvio que nós temos alguma esperança, esperança de alguns contratos-programa; esperança de uma série de dinheiro que poderá eventualmente vir a aparecer e que, se nós não mantivéssemos estes projectos no PPI, não os podíamos realizar. Portanto, nós arriscamos mesmo que a taxa depois de execução, mais tarde, a taxa de execução, portanto, a taxa de realização venha a ser inferior àquela que é prevista e, e aí, e aí, nós até poderemos vir a ser prejudicados em termos políticos, mas assumimo-lo assim, assumimo-lo politicamente, tal como outros assumem noutras Câmaras em que quem a comanda não é o Partido Socialista, é a CDU ou outras, ou o PSD até, inclusivamente. Portanto, enfim, é aquilo que é possível fazer. Penso que estamos numa situação muito complicada; não é só a Câmara de Borba, são todas elas, é o país. Vejo com alguma apreensão alguns grandes investimentos que é possível fazer no concelho, sobretudo nesta fase final de quadro comunitário e se não houver hipótese de aumentar a capacidade de endividamento; se não houver hipótese de ir à Banca; se não houver, quer dizer, penso que são oportunidades que o concelho de Borba, e não só, perdem. Portanto, nós entendemos que devemos manter e vamos pressionar no sentido de, de facto, tentar fazer o mais possível porque penso que todos estamos interessados, de todas as forças políticas, em fazer o melhor para Borba e para os Borbenses. E, para já, disse.

O Membro Mário de Deus : Senhores presidentes, colegas de Bancada e de Assembleia, distinto público, boa noite a todos. Esta conversa está a arrancar fria. A noite está fria, de facto, está; o assunto ainda é mais frio, tudo isto se conjuga para que a conversa não seja fluente e não seja rápida. Pedi a palavra um pouco só para sublinhar que não é pela nossa parte, não é pela parte do Partido Socialista que estas questões de fundo que o senhor presidente da Câmara acabou de referir não são equacionadas. Portanto, não é pela nossa parte que estas questões não são reflectidas e equacionadas. Na política, nunca se sabe quem está amanhã. Quem está hoje pode não estar, pode não estar amanhã; nunca se sabe como é que as coisas são. Agora, da nossa parte, da parte da Bancada do Partido Socialista que junta aqui; que faz aqui a congregação de meia dúzia de homens que estão aqui nesta terra e que estão bem e que gostam de estar aqui, é aqui que estão e é aqui que vivem e é esta a sua origem, esta questão não nos podia passar à margem, obviamente que não nos passa à margem. Cada vez que, que o senhor presidente da Câmara apresenta um documento destes, suscita grandes discussões. Portanto, Luís Nascimento, é só para lhe dizer, fique descansado porque suscita grandes discussões dentro do Partido Socialista. Aliás, os partidos que fazem do Poder Local uma bandeira, como se fosse a sétima maravilha do mundo, sabemos todos que não é assim. Sabemos todos que o Poder Local tem lacunas, tem graves lacunas, tem graves dificuldades; é preciso modificar muita coisa. Os tempos que aí vêm são, são adversos, as descentralizações são inevitáveis e este caminho, este caminho infelizmente para todos nós, é o caminho que começou a ser traçado e não parará de ser traçado. E isto naturalmente, este, esta situação que o Sá acabou ali de referir, que o Luís referiu com números, não é, não é de agora, é velha e quem está sentado na cadeira do presidente da Câmara tem sempre o poder de dizer isso. Isso não é de agora. É de sempre, sempre foi assim. Agora, que nem sempre vai poder ser assim, nós, do Partido Socialista, sabemos perfeitamente. Vai ser preciso, de facto, fazermos todos uma plataforma. Vai, vai ser preciso todos, se o Governo Central não o fizer, se o Governo Central não o impuser, o Sá refere sempre as outras Câmaras que estão aqui à volta, é óbvio, mas também não, não, isto também não resolve a gente, não é? Dizer, quer dizer, na nossa casa está mal, mas na casa do vizinho ainda está pior, também não resolve o nosso problema, não é? Alivia um pouco, mas também não, é preciso atacar esta questão. É preciso atacar esta questão. Aliás, não estou a dizer mais nada que não venho dizendo nestes últimos sete ou oito anos, sempre o disse. Hoje digo daqui, há três ou quatro anos dizia-o dali daquele lado. Sempre o disse - não é? - é preciso atacar esta questão. É preciso, é preciso que o Poder Local de facto, que seja transparente. É preciso que, que o Poder Central também o seja, obviamente, mas, pronto, é preciso ir por aí abaixo, é preciso que haja transparência nestas contas. Estas contas são nitidamente um ritual que a gente aqui faz, juntamo-nos aqui todos para aprovar isto ou para não aprovar, mas isto, todos sentimos que isto está muito afastado da nossa realidade e todos sentimos que, cada dia que passa, está mais longe da nossa realidade. Que os nossos problemas não se vêem retratados e a gente não os vê aqui retratados; não, não, não os encontramos aqui, não, não, e esta intervenção era só um pouco, era só um pouco para sublinhar isto, não é? Temos esta percepção e estamos disponíveis para qualquer altura, apesar da luta política, apesar das eleições que aí vêm ou que não vêm das Legislativas, das Autárquicas para, para atacar esta questão de frente, juntarmo-nos todos a uma mesa e dizer: "Como é que a gente vai resolver isto? Como é que vamos

fazer isto? Até onde é que as promessas entram nas contas; quando é que as promessas saem das contas e quando é que as contas passam a reflectir, de facto, o dia a dia e a realidade do nosso concelho" e nós, Partido Socialista, estivemos juntos esta semana que passou, estamos disponíveis para isso. Era só um pouco para; esta intervenção é só um pouco para dizer isto, não é? Nós, Partido Socialista e, simultaneamente, pessoas todas que estamos aqui, que gostamos de estar aqui e que estamos aqui calmamente e tranquilamente e queremos que, que isto corra da melhor maneira, estamos disponíveis para fazer esta reflexão. Como é que a gente vai fazer isto. O que é que é, até em termos de obra pública, o que é que vale a pena fazer. Penso que já sentimos todos, já estamos todos a sentir um pouco, independentemente dos Partidos, que a construção civil já ganhou muito dinheiro com isto do Poder Local; que não pode ser só esta a aposta na construção civil que pode ser a aposta. Temos que pensar, de facto, projectos que sejam estruturantes, que tragam alguma coisa de inovador, que tragam alguma coisa de substancial, que produzam riqueza para o nosso concelho, para a nossa região. Isto foi um pouco o sentido da reflexão que nós fizemos e nós estamos todos disponíveis - nós, Partido Socialista - estamos disponíveis e já, já lhe disse há pouco que isto, na política, quem está hoje, pode não estar amanhã e quem, e quem não está hoje, pode estar amanhã. Pela nossa parte, estamos disponíveis para uma reflexão tranquila, calma, serena sobre estas questões. Como é que a gente há-de fazer as contas; como é que a gente há-de fazer os nossos documentos provisionais para que eles, de facto, reflectam a realidade; para que eles, de facto, sejam uma peça importante para a programação do nosso futuro. Porque assim, não são. Todos sentimos isso. O Luís sabe isso muito bem. Aliás, o Luís é oficial da mesma arte que o Sá, portanto, não custa nada, não, a gente não tem dificuldade nenhuma em entender como é que o Sá faz e como é que o Luís lê. Nós, Partido Socialista, estamos dispostos a ajudar e a colaborar.

O Membro Luís Nascimento : Ora, admira-me também mais uma vez aquilo que o presidente da Câmara disse em relação à minha intervenção ou procurou justificar em relação a esta, a esta elaboração destes documentos, até porque - se bem me recordo e já lá vão, já lá vai algum tempo - esta Assembleia tinha estado convocada para, há uns tempos atrás e depois foi desconvocada e creio que um dos argumentos utilizados seria um pouco a dificuldade em reunir os documentos conforme estão porque era necessário aplicar rigor na elaboração destes documentos. Pronto, e aquilo que se vê aqui assim e o senhor presidente acabou por, por, de facto, corroborar isso, não há rigor; há empolamento neste orçamento o que contraria, de facto, a tese do rigor. Por outro lado, procurou argumentar que as despesas correntes são, de facto, quase que insuficientes para pagar as despesas do pessoal. Então, eu pergunto: então, é com as receitas não cobradas que vai pagar as despesas de pessoal? Se é com as receitas não cobradas previstas nas outras receitas correntes que vai fazer esse pagamento? E quando se fala, de facto, em rigor na elaboração destes documentos e quando se fala na necessidade, eu estou de acordo com isso. Se politicamente é definido ou está definido que esse Executivo Municipal, ou melhor, que a maioria, que o Partido Socialista que está a gerir a Câmara Municipal tem previsto fazer um conjunto de obras, de iniciativas, mas que não tem dinheiro para o fazer, não necessite de o tirar do PPI porque há outras formas. O próprio PPI prevê, de facto, a possibilidade de manter essas verbas - essas não - essas, essas obras, essas iniciativas sem colocar verbas, como é evidente, como é evidente. E para isso também é que há outros instrumentos previstos pelo POCAL que permitem fazer revisões orçamentais e alterações orçamentais, mas as revisões orçamentais, pronto, isso estaria sempre ultrapassado. E há também outra coluna que é das, das verbas não previstas, não é? Assim como estão aqui três milhões (3.000.000), podiam estar, podiam estar mais dez milhões (10.000.000), não é? Pronto, mas os projectos mantinham-se; é isso que eu quero dizer, que os projectos mantinham-se sem ter verba prevista, de facto, para o ano a que diz respeito o orçamento e o plano e não seria empolado da forma como está. Naturalmente que nós, que nós também estamos disponíveis para que os destinos deste concelho sejam definidos com, com rigor e que estejam, sejam apoiados com documentos provisionais e com instrumentos de planeamento que condigam efectivamente com aquilo que é a nossa realidade e eu recordo e informo a, esta Assembleia que o ritual - que foi um termo que já foi aqui utilizado hoje - o ritual de convocar os partidos da Oposição para os ouvir sobre o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos, o partido que eu represento recusou-se a participar nesse ritual, por assim dizer; porque, de facto, iria acontecer o que aconteceu nos anos anteriores em que nós nos limitamos a ouvir o senhor presidente a debitar os seus projectos e ouvimos com todo, com todo o gosto, naturalmente, mas que eventuais propostas que possamos vir a apresentar, dado o tempo que nos é dado - aliás, que não é tempo - não, não nos é possível, não nos foi possível apreciar os documentos,

senão de há dois dias a esta parte. Na altura em que fomos convocados para essa reunião, naturalmente não podíamos estar, estar de uma forma coerente a sugerir qualquer alteração aos planos que estavam traçados pelo Executivo, pelo simples facto que se nós quiséssemos alterar qualquer, ou introduzir qualquer, qualquer projecto novo, teríamos que ter em atenção as receitas e as despesas e procurar, de facto, o equilíbrio do Orçamento. E da forma como é feito - e estou de acordo com aquilo que o Mário Deus disse - de facto, que tem que haver rigor, tem que haver projectos em que, olhados, encarados claramente para este, para este concelho e que deve ser feito de uma forma séria - no meu ponto de vista - e nós estamos disponíveis, de facto, para colaborar nessa, nessa elaboração. Assim sejamos convocados de uma forma séria que nós pensamos que não fomos, mais uma vez, este ano. Era isto.

O Presidente da Assembleia Municipal : Muito obrigado. Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Boa noite a todos. Gostaria primeiro de dar os parabéns à senhora doutora responsável pela organização do Orçamento na medida em que é um Orçamento bem desenhado e com uma grande capacidade de contabilidade criativa e não é fácil utilizar com os mecanismos da contabilidade criativa para apresentar um Orçamento. Gostaria também de dizer o seguinte, se fôssemos aplicar o rigor a sério, cerca de setenta por cento (70%) das Câmaras Municipais do país fechavam e isto é extremamente grave, porque nós estamos a viver um período em Portugal que vem já há de uns anos e que se vai prolongar muito mais do que nós imaginamos, em que estamos a viver numa economia de faz-de-conta. O país apresenta um défice de três por cento (3%), quando na realidade tem seis (6). As Câmaras, o Poder Local, o grande milagre do 25 de Abril, tirando as receitas extraordinárias dos fundos comunitários, não é capaz de sobreviver com as receitas geradas nos concelhos, em todos os concelhos do Interior mais do que nos concelhos do Litoral, na medida em que a grande receita dos concelhos do Litoral é a construção e a destruição do nosso Litoral. Em terceiro lugar, gostaria de dizer o seguinte: evidentemente que há uma questão que nós temos todos que discutir se queremos ser sérios para o futuro e essa questão é o desperdício que o Poder Local tem feito ao longo dos últimos vinte anos, vinte e cinco, quer dizer, dos seus recursos financeiros porque nós planeamos por regiões muito pequenas que são os concelhos. Planear um concelho com oito mil (8.000) habitantes e a área que o nosso tem, é, de facto, hoje um disparate sem nome; nós devíamos estar a planear o país pelas chamadas regiões naturais, que são mais ou menos, correspondentes às Associações de Municípios, com um ou outro evento e em que todos os equipamentos colectivos fossem por aí, porque só um país muito rico é que pode planear como nós estamos a planear e gastar como nós estamos a gastar. É claro que estamos aqui em presença de uma tradição também que já vem de há longos anos de empolar orçamentos, não é de agora, vem de há longos anos aqui em Borba, no jogo político do seguinte: vamos ver o que é que cai na rede. Quer dizer, a gente atira umas canas para o ar, corremos; os foguetes, corremos a apanhar as canas, umas conseguem-se encontrar e outras ficam perdidas no campo. A minha questão fundamental é: vamos ser muito sérios nas canas que vamos encontrar porque, senão o que nós estamos a fazer, não só nesta Câmara, mas, quer dizer, em quase todos os concelhos, é a fazer investimentos que aumentam a coluna da despesa sem aumentar a coluna da receita e, muitas das coisas que temos aqui planeadas, etc., são claramente, quer dizer, para a coluna da despesa e muito dificilmente se tornarão da coluna da receita. Ora, se nós já temos uma situação real em que as receitas próprias não aguentam só os custos de funcionamento da Câmara, se vamos para mais coisas para a coluna da despesa, quer dizer, não sei como é que isto sobreviverá. Mais ainda, acrescente-se a isto que o alargamento e a proposta dos quatro países mais ricos da União Europeia é baixar o fundo de coesão, o fundo de coesão e os fundos agrícolas de um ponto vinte e sete (1.27) para um ponto (1) e a dividir por, em vez de quinze países, agora, mais dez (10) e, se possível, mais uns, uns pós para a Turquia a partir de hoje, o que põe uma perspectiva futura em termos de receitas, quer dizer, muito difícil. E é altura, se calhar, de arregaçarmos as mangas, de esquecermos um pouco as nossas diferenças e como vêm aí as eleições, toda a gente sabe que há luta política e essa coisa toda, mas tentarmos fazer uma visão do que será uma região destas daqui a dez anos ou daqui a quinze anos. Dos equipamentos que tem ou que terá porque, senão efectivamente, o que eu penso, e penso também, quer dizer, na minha fase pessimista de que a crise económica e a situação de estagnação se vai prolongar muito mais do que os políticos nacionais andam a dizer e estou, e estou em companhia não boa nem má, não a quero classificar, mas ainda hoje, o senhor candidato presidencial, Professor Cavaco Silva, quer dizer, expandiu a mesma opinião com questões muito graves. Dar só um exemplo do que é uma questão

muito grave, quer dizer, a liberalização da entrada dos têxteis da China e da Índia em Portugal trará inevitavelmente consequências, falências e aumento de desemprego e, atrás da liberalização da entrada dos têxteis da Índia virão a liberação de entrada de mais produtos. Aliás, basta nós pensarmos porque é que uma terra como Borba que tem quatro mil (4.000) habitantes, com um mercado para as lojas chinesas de entre duzentas (200) a trezentas (300) pessoas, tem a maior loja de Borba transformada numa loja chinesa, que era um stand de automóveis. Porquê? Porque é que será? Quer dizer, será que as pessoas querem investir ou é uma política, de facto, do Estado chinês? Porque é que todas as terras portuguesas estão a ficar cheias de lojas chinesas? O que é que isso representa em termos da nossa economia?

Efectivamente, também o mesmo se passa com crise da agricultura que praticamente quase desapareceu do nosso país; os últimos números oficiais, quer dizer, são verdadeiramente assustadores. Nunca houve uma agricultura na Europa que, num espaço tão curto, tivesse descido de quarenta e oito por cento (48%) de população activa agrícola em mil novecentos e sessenta e cinco (1965), para três vírgula dois por cento (3,2%) de população activa agrícola nos últimos números deste ano. Uma transformação absolutamente brutal e aceleradíssima. Logo, a grande questão da imaginação futura do planeamento é assim: como é que uma Câmara Municipal pode obter mais receitas? O que é que leva, o que é que nós poderemos imaginar, estudar, planear, reflectir, de modo, a que daqui a dez anos, a uma distância de dez anos, haja mais receitas? E esta é uma questão que não é fácil porque, se fosse fácil, qualquer um ganhava o Prémio Nobel. É difícil, mas se não for isso, quer dizer, o futuro vai ser muito complicado. Efectivamente, isto não é novo. Nos dois últimos Orçamentos da anterior gestão, fiz a mesma coisa aqui, falei sobre a crise e os fundos comunitários como estou a falar agora; o fim dos fundos comunitários, como estou a falar agora e a questão, que é difícil, e muito difícil e cada vez mais complicada, apesar de algumas das receitas terem aumentado no ano passado, principalmente as ligadas, quer dizer, ao Imposto Municipal sobre Imóveis, etc., apesar disso, estamos nesta situação. Nunca há trinta e três soluções para as coisas, aumentar as receitas sem fazer mais nada, ou passa por aumentar as despesas do cidadão ou temos que reduzir os custos, não há trinta e três soluções. Ou então, de facto, conseguir algum investimento económico que deixe aqui alguma receita, mas mesmo assim, não é muito por aí que a gente lá vai. E eram estas as questões que gostaria de dizer. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal : Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Filipa Almeida : Ora, boa noite. Eu também, eu também acho que nós, parece que isto é da época do Natal, mas não, não teríamos nenhuma dificuldade em nos entendermos à volta deste tipo de conversa, deste assunto que é muito interessante; não, não, não é menosprezar o assunto de maneira nenhuma. Estamos todos de acordo, penso eu, não, não há desacordo nestas questões de fundo, nestas questões grandes à volta do Poder Local, à volta do país também, que, que não vai melhor do que o Poder Local, do que os concelhos, à volta do mundo até e penso que isto numa tertúlia que não se chamasse Assembleia Municipal, se calhar aí com uma lareira pelo meio porque, como diz o Mário, a noite até está fria, entendíamo-nos todos desde que não tivéssemos que votar. O problema e a diferença vai estar quase só no voto porque o discurso é semelhante. O discurso é semelhante. O presidente da Câmara, antecipando-se a algumas perguntas que nós podíamos fazer muito concretas, deu a resposta antes e, portanto, não vale a pena perguntar onde é que vai buscar o dinheiro porque ele já disse que não sabe. E isto naturalmente não retira a capacidade crítica, mas deixa a descoberto aquilo que sabia e que era notório que estava a descoberto. Isso, a mim, não me escandaliza particularmente porque, como alguém já disse aqui e foi do Partido Socialista, empolar orçamentos é uma coisa que não, não é nenhuma novidade no concelho de Borba, não é nenhuma novidade no país, nem é nenhuma novidade em dois mil e quatro. Não é, nem é nenhuma novidade no Partido Socialista porque as várias Câmaras e a Câmara, as Câmaras CDU que por aqui passaram também empolaram receitas nos orçamentos. E isso foi muitas ou, aliás, todas as vezes que os orçamentos passaram pela Assembleia Municipal - não por esta, mas pelas anteriores - de todas as vezes foi criticado, muito mais fortemente no último mandato, quando a CDU não tinha maioria absoluta e, portanto, não tinha a capacidade de fazer politicamente aprovar um Orçamento como o Partido Socialista agora tem. E o Partido Socialista entendeu que, naquela circunstância, era politicamente correcto fazer recuar alguns orçamentos que vieram aqui à Assembleia e voltaram para trás para serem refeitos em nome do tal rigor, da tal necessidade de rigor e de aproximação da realidade. Tenho bem presente, mas muito bem presente essas discussões e algumas dessas votações e isso foi feito.

Naturalmente os números de eleitos eram outros, as circunstâncias políticas eram outras, mas o que eu gostava de ver, e desculpem-me insistir nisto, já uma vez aqui ouvi um eleito do Partido Socialista dizer: "Coerência não é o meu forte, ninguém me pode obrigar a ser coerente". Isto é verdade, ninguém pode obrigar ninguém a ser coerente, mas eu, eu, eu pessoalmente prezo muito esta coerência, principalmente quando estamos em cargos desta natureza, principalmente nestes cargos. Eu acho que nós devíamos ser coerentes. Eu estou de acordo com muitas das coisas que já foram aqui ditas, mas então, este discurso do PS agora é o discurso do PS que está no Poder e que não vê outras soluções, nem outras explicações para aquilo que acha que politicamente tem que fazer. E está no seu direito, tem maioria: dirige os destinos do concelho, está no direito de o fazer. Agora, esta política deveria ser, e estas posições deveriam ser seguidas em todas as circunstâncias porque também é com muita frequência que nós assistimos aqui, principalmente por parte do senhor presidente da Câmara, à comparação com outros conselhos dizendo: "Não é só aqui que se faz. É verdade que isto não está o melhor possível, mas não é só aqui. Faz-se nos concelhos à volta: faz-se em Vila Viçosa, faz-se em Estremoz, faz-se em outros concelhos da CDU". Hoje não referiu ainda nenhum nome de nenhum concelho, mas já referiu: "Estas coisas fazem-se noutros concelhos da CDU". Eu não sei como é que são os Orçamentos de Vila Viçosa nem de Estremoz, confesso, nem, nem quero saber, nem me interessa saber. Já, já me interessa saber este e tive, e tivemos, com certeza - os eleitos da Assembleia Municipal - muito pouco tempo para analisar documentos desta importância porque, não sei se com todos aconteceu o mesmo, eu recebi estes documentos na quarta-feira. Se calhar foram entregues de manhã; recebi-os à tarde porque só à tarde é que, é que voltei do serviço. É um pedido que deixo é que, principalmente nestas Assembleia quando se trata de Orçamentos, já não vai haver se calhar de Orçamentos, mas vai haver ainda de contas, de aprovação de contas de gerência, com documentos muito grandes, dois dias ou um dia e meio não dá para se fazer uma, uma análise, uma análise séria, uma análise profunda e a Democracia ganharia muito, ganharia bastante com esta discussão porque o futuro, a gente não sabe como é. O que é que acontecerá ao Poder Local e que alterações é que haverá no Poder Local depois das próximas eleições, até há pouco tempo não previstas, mas agora marcadas. Não sabemos o que é que acontecerá, não sabemos o que é que, como é que vão ser as, as Câmaras dos próximos mandatos, não sabemos. Eu acho que se forem só de uma cor, então será uma desgraça, sejam elas de que cor for, sejam elas de que cor for, porque se o Mário já diz - e eu acredito perfeitamente - que isto deve ter dado uma grande discussão dentro do PS, acredito perfeitamente porque os anteriores também davam grandes discussões dentro da CDU, portanto, acredito perfeitamente que assim seja. Se já mesmo com, mesmo com a Oposição já há grandes discussões, se não houver Oposição, isto é um, isto é um massacre. Isto, acho que isto é um massacre. Agora, aqui naturalmente, aquilo que nos divide não é a análise do mundo, nem da economia, nem dos problemas financeiros do Poder Local, não é isso porque aí estamos de acordo. Naturalmente, o que nos divide aqui vai ser o PS a votar a favor e nós vamos votar contra porque não concordamos, não concordamos com este tipo de opções. Não concordamos; achamos que é preciso mais rigor. Pois, eu ouvi o Serra. Eles também não concordam, mas votam a favor, mas isso já não é comigo. Isso já não é comigo. Portanto, aqui não podemos concordar com estes empolamentos porque isto dá um poder, digamos, discricionário para se fazer tudo e para não se fazer nada. Para se fazer muito e para se fazer pouco conforme, conforme o que vier. Só lembro ao senhor presidente que talvez fosse bom pensar na hipótese da Câmara jogar no Euro Milhões porque não sei, de outra maneira, não sei, não, não sei como é que lá vamos.

O Presidente da Câmara Municipal : Senhor presidente, se me permite, só mais um pequeno comentário. Não posso ficar sem dizer que não estou nada preocupado com as dívidas; antes pelo contrário. Quer dizer, o que é para se fazer, faz-se e se tiver que ficar a dever a alguém, ficarei a dever a alguém e as obras e os concursos não vão parar. Há formas de ficar a dever, tal como fazem as outras Câmaras, há factorings, há leasings, há várias formas, não é? Agora, não quero seguir os exemplos do actual Ministro das Finanças, senão qualquer dia vendia a Câmara a um Banco e ficava a pagar uma renda - não é? - para arranjar dinheiro para fazer obras. Não, mas pode-se, mas há formas de fazer, de contrair mais empréstimos e de fazer obras para o concelho. Isso é importante que aconteça e, contrariamente àquilo que se dizia há bocado, eu não sou daqueles que vou ficar parado sem fazer obras porque não tenho orçamento para as fazer. E a melhor forma de demonstrar ao Governo e a quem tem a tutela das Autarquias, é que depois, que a dívida vai aumentar e se vai aumentar, porque é que aumenta? Porque não tenho receitas; têm que mas arranjar, têm que as criar. Portanto, não estou - aliás, comecei por dizer isso

logo no dia da tomada de posse - eu não estou cá para andar a pagar as dívidas que a CDU tinha. Já fiz um primeiro empréstimo logo no início, e toda a gente sabe disso, para pagar dívidas, agora vou contar dívidas, mas vou sem medo nenhum. E quando se fala de despesas de fornecedor, não se esqueçam que eu, quando eu cá cheguei, tinha trezentos mil contos (300.000.000\$00) de dívidas a fornecedores. Portanto, para já, disse. E, neste momento, o valor é inferior a esse, muito inferior a esse. Para já, disse.

O Membro Rui Bacalhau : Bom, boa noite. Queria cumprimentar a Mesa, a Câmara, os Deputados e o público. Começava a minha intervenção dizendo que o vereador Serra só agora é que começou a gostar de Borba porque ele diz que quem gosta de Borba, deveria fazer o Orçamento conforme o POCAL, conforme o POCAL assim o determina. O POCAL já vem desde, ainda o vereador Serra era vereador com responsabilidades políticas e nessa altura ele não gostava de Borba, portanto. O Orçamento com rigor é uma das coisas que tenho defendido aqui desde que sou membro desta Assembleia. Mesmo internamente, tenho debatido sempre que o Orçamento deve ser sempre feito com rigor, assim como as Grandes Opções do Plano. Da forma como o POCAL diz para fazermos - sim senhora - isso traz alguma clareza às opções políticas. As opções políticas de cada Bancada, de cada força política concelhia e, de certa forma dá-nos uma transparência, uma clarividência dos nossos objectivos políticos. Senhor presidente, eu estou muito preocupado com as dívidas porque se os agentes económicos da nossa terra não receberem, não há actividade económica em Borba. Eu estou muito preocupado com as dívidas, seja desta Autarquia, seja de qualquer instituição que tenha relação com os agentes económicos em Borba. E por isso, para os agentes económicos que têm relações com a Câmara ou com outra instituição é, é primordial o receber porque, sob pena de terem quebras, portanto, de tesouraria e poderem ir mesmo para a falência. Relativamente à discussão que se levantou inicialmente aqui nesta Assembleia; foi bastante abrangente, foi muito clara. O novo modelo de planeamento penso que tem mesmo que avançar sob pena de andarmos a aumentar a coluna da despesa e depois a da receita. O senhor presidente, eu compreendo a posição do senhor presidente. Obviamente, neste momento, não tem muito por onde se mexer e terá que tomar este tipo de atitudes, mas que o novo planeamento é uma das situações que devíamos pensar; todas as forças políticas devíamos reflectir, porque se calhar isto não é populismo, é contra o populismo. As pessoas - como o senhor presidente disse e bem - querem, junto à sua casa, um Cineteatro; querem, junto à sua casa, uma piscina, mas o dinheiro é um daqueles recursos que se esgota e quando ele não há, depois há todas as consequências que por aí vêm em cadeia. Dentro das prioridades ou, portanto, numa gestão, seja ela de uma empresa, seja ela de uma Câmara, seja ela daquilo que for, temos que criar prioridades e dentro, ouvi há poucos dias - se calhar, não fui o único que ouvi - uma entrevista com o doutor António Vitorino e ele defendia para o país aquilo que eu defendo para Borba e que, se calhar, todos que aqui estamos defendemos. Acho que as prioridades para qualquer Orçamento, para qualquer, para qualquer, neste caso, Câmara acho que é a captação de novos investimentos porque, sem o desenvolvimento económico, as receitas das Autarquias têm tendência a ser menores e todas estas obras que possamos e que queiramos fazer, sem essas mesmas receitas, não vamos, não vamos a lado nenhum. Tenho lido, ao longo deste tempo, algumas iniciativas que se têm passado por algumas Autarquias, nomeadamente Famalicão, nomeadamente a de Ponte de Sôr, pequenas iniciativas que têm tomado para captar novos investimentos. Eu penso que nesta plataforma que foi falada há pouco e que a Bancada da CDU também, de certa forma, está aberta; a do PS, porque não termos uma, termos um, vá lá, uma tertúlia - como penso que há pouco alguém lhe chamou - e tentarmos arranjar soluções para passarmos e para ultrapassar esta fase difícil que a Câmara está, em que a situação económica da Câmara não nos vai permitir - como o senhor presidente disse há pouco e bem - há aqui custos, há aqui, portanto, olhando à natureza das despesas, há aqui certas despesas que cobrem as receitas. Portanto, estou a falar das correntes, não é? As despesas correntes cobrem praticamente todas as receitas correntes, não é? Portanto, há que dar uma volta a isto - como o Mário dizia e bem - e, ou tomamos nós essa iniciativa agora ou o outro que vem a seguir tem que tomar a iniciativa ou alguém que vem a seguir tem que tomar a iniciativa. Portanto, pensamos que estamos no tempo, tem que ser breve ter essa postura de arranjar um novo modelo de planear e depois, então, podemos estar aqui a discutir estes documentos de uma forma muito mais rigorosa do que, provavelmente, aquela que temos vindo a fazer - e como o senhor Presidente dizia - desde o 25 de Abril porque os documentos que aqui estão não nos oferecem grande, grande rigor, assim como todos eles, ao longo destes últimos anos, não nos tem oferecido rigor. Quando nós depois comparamos o orçamentado com a execução, a taxa de execução é boa face àquilo que foi, eu tive o cuidado de ver a de dois mil e um,

por acaso a deste ano vai ultrapassar a de dois mil e um. Tive o cuidado só de a reparar com uma do tempo da CDU e, por acaso, a deste ano vai ser superior, mas isto, sinceramente, não me traz, não fico contente por ver isto. Ficaria muito mais contente se se estivesse aqui a discutir um Orçamento rigoroso e, ao mesmo tempo, as Grandes Opções do Plano. Obrigado.

O Membro Carlos Cabral : (...)vou referir uma experiência pessoal. Em noventa e cinco, quando eu estive emprestado à política, as pessoas que entraram no Ministério onde eu trabalhei tinham uma certa ingenuidade e, ao fim de um mês foi feito um despacho para que o Ministério fizesse um Orçamento de Base Zero. Um Orçamento de Base Zero é fazer um orçamento a partir das despesas efectivas de cada serviço e não como o Orçamento de Estado é feito porque o Orçamento de Estado é feito - desde o doutor Salazar - acrescentando sempre umas taxas de inflação e mais umas despesas e é assim que é feito o nosso orçamento, como é feito aqui o orçamento da Câmara. A gente, desde um orçamento há vinte anos, vai acrescentando a taxa de inflação num sítio, mais uma coisinha ali, mais outra receita dali, etc. É da minha experiência, eu fazia parte do grupo de trabalho, que era um grupo de grandes especialistas do Ministério para fazer o Base Zero que, ao fim de seis meses, entregou ao senhor Ministro um relatório dizendo: "Desistimos. Não somos capazes de fazer" porque nenhum serviço queria responder ao Orçamento de Base Zero e foi completamente impossível de fazer. Numa Câmara como esta talvez, é mais fácil fazê-lo e era, e é, quer dizer, possível fazer, quanto mais não seja como exercício intelectual, porque com certeza as pessoas que trabalharam aqui dentro, os Vereadores, as várias forças, sabem que há muito desperdício aqui dentro, quer dizer, dos vários serviços e era possível obter do custo efectivo. Efectivamente a questão do Orçamento é interessante, mas é uma questão que não é fácil de resolver. É uma questão que tem no fundo um custo que é um custo da Democracia porque, se não houvesse eleições de quatro em quatro anos, o Orçamento não era assim como é feito, quer dizer, porque isto é um custo da Democracia e hoje a Democracia tem os seu custos, que a gente tem que pagar, como é evidente. E, então, um executivo a Câmara entra, quer dizer, no primeiro ano apalpa o terreno. No segundo, inflaciona as coisas para fazer obras. No terceiro abranda e no quarto tenta apresentar as realizações feitas para ganhar as eleições. E, o ciclo onde vivemos, como vivemos no país, são os custos do sistema em que vivemos que não é o melhor dos mundos, mas é o menos mal dos sistemas. E, logo, quer dizer, é bom a gente estar a discutir aqui isto, nesta forma amena porque o problema não é só o senhor presidente da Câmara fazer dívidas. O problema é, em termos de um médio prazo, a gente perceber como é que este concelho sobrevive. Eu, efectivamente, agora tenho uma tese completamente diferente. Eu acho que, de trezentos e vinte (320) concelhos, devíamos passar para mil, duzentos e oitenta (1.280), que era os concelhos que tínhamos antes da reforma do Código Civil de mil oitocentos e sessenta e tal, e depois só permitir fazer investimentos pelas regiões-plano, quer dizer, e não pelos concelhos. Logo, os concelhos: venham Canas de Senhorim, quantas vierem mais as suas atribuições, a gente discutirá depois, mas investimentos e dinheiro só para as regiões-plano. E isso era uma outra forma de gerir o país, que vai ser impossível, mas era, quer dizer, de facto, a mais correcta. Muito obrigado.

O Membro António Anselmo :Conhecem aquele anúncio que passa na televisão agora, não é? "Eles falam, falam, falam e não fazem nada", não é? É isso que é grave. A situação que se passava em relação à Bancada da CDU quando era poder é a mesma que se passa, provavelmente, em relação à do PS quando é poder. Eu não acredito que a CDU não gostasse de Borba e não acredito que nenhum membro da Bancada do Partido Socialista, incluindo presidente e vereação, não goste de Borba. Se calhar, gostam mais do que os outros. O problema são problemas técnicos e essa história, venha POCAL para cá, venha percentagem para lá, venha número para lá, quer dizer, conversa de treta, na minha opinião. Há intenções em fazer coisas em Borba. Tem que se arranjar dinheiro. Empolam-se orçamentos? Está tudo bem, qual é o problema? Logo se vê como é que se vai resolver o assunto. Euro Milhões? Talvez. Agora, o problema disto é que a maior parte das pessoas, lamentavelmente, que estão nas chamadas Autarquias locais, têm pouca noção do que é que é a vida prática. Se tivessem noção do que é que é a vida prática, se viam que arranjar dinheiro para cinco ou seis pessoas ou sete ou oito ou nove ou dez, que eles é que produzem, era complicado. Quer a gente queira, quer não, numa situação em que a gente vive neste momento é muito complicado arranjar dinheiro. Arranjar dinheiro para fazer obras, umas boas, outras más. Se calhar, aqui há uns anos atrás era bom fazer uma piscina em Borba; neste momento se calhar, há uma olímpica em Estremoz ou Vila Viçosa, chega bem. Arranjar um hospital muito bom em Borba outro em Estremoz, não;

se calhar é arranjar um; isso é importante sabermos essas coisas. O que sempre falamos em relação a orçamentos são coisas muito básicas. Há dinheiro que são receitas que são previstas e há outras coisas que poderão ser imprevistas. Portanto, não vale a pena muita teoria. Não vale a pena falar, falar, falar e não dizer nada. A Filipa concorda comigo porque ela é de Borba, o Mário concorda comigo, o Carlos Cabral também é de Borba, todos concordamos com isso. Está em causa a intenção de voto, está em causa aceitarmos aquilo que nós iniciámos. Não somos melhores que eles, nem piores que eles, somos iguais a eles. Gostamos muito de Borba, primeiro lugar e em último lugar, só isso é que basta. Não vale a pena conversa fiada. Outra situação muito grande que a Câmara vai ter que apanhar daqui por mais uns tempos, a situação do desemprego cada vez é maior na nossa zona. E, antigamente, em mil novecentos e sessenta e mil novecentos e sessenta e um, as pessoas saíam de Borba e iam para Lisboa, iam para, para o Barreiro, para a Setenave, para a Lisnave, para a Siderurgia Nacional. Neste momento não vão. E vão para onde? Com essa chamada globalização, vão para onde? Como é que é? O que é que a gente tem para vender? Solo? Sol? Se calhar, nalguns sítios temos, noutros não temos. O que é que a gente tem mais para fazer? Somos muito evoluídos? Falamos três línguas? Ou quatro ou cinco línguas? No mundo cada vez, em termos de Europa, é maior. Nessas conversas, eu concordo com a Filipa. É muito engraçado uma conversa fiada, estamos todos de acordo. O que está aqui em causa é um Orçamento para Borba. Um Orçamento, na minha opinião e à parte de todas as coisas, é correcto porque ambiciona fazer coisas em Borba e, quando a gente quer fazer coisas para a nossa terra, temos que ser apoiados. Temos que manter a nossa reserva política; está tudo bem. Agora, mais importante que eu particularmente ou cada um de nós, é Borba e, se ninguém pensar em Borba, não vale a pena. E depois é fácil daqui por mais um, sei lá, um mês ou dois ou três ou quatro ou cinco ou seis há eleições autárquicas. Qual é o problema? Aí o povo decide e espero que o povo venha a estas assembleias, se sente ali atrás e que falem dos problemas deles, daquilo que sentem, que vale a pena ser resolvido em Borba. Não vale a pena muita conversa. Agora, eu não quero sair daqui, na qualidade de presidente da Junta de São Bartolomeu, eles meteram-me aqui à frente não sei bem porquê, mas enfim, nessa situação assim. E não quero sair daqui a dizer: "Falam, falam e não fazem nada". Eu, onde estiver, faço e São Bartolomeu sabe que eu o fiz. Não fiz eu, fiz um grupo de pessoas que gostam muito de São Bartolomeu. Como essas pessoas todas, independentemente de serem da CDU, do PS, lamentavelmente falta cá o PSD, acho que gostam todas de Borba. Agora, a questão da mudança, do toque para cá, toque para lá, não vale a pena. A vida é a vida, há cinquenta contos de receita, há cinquenta contos de despesa, está equilibrado. Tenham noção da vida, deixem-se de problemas, de pormenores, de POCAL, técnicos para cá, técnicos para lá, um minuto para cá, um minuto para lá, não vale a pena. A vida é assim: eu tenho cinquenta contos no bolso e tenho cinquenta contos a pagar, estou equilibrado. Se tiver acima dos cinquenta contos dentro do meu bolso, tenho lucro; se não tiver, tenho prejuízo. Agora, tenho noção disso que é, que é o que estou a dizer e a Filipa penso eu gosta tanto de Borba como eu. A Filipa, aliás, todas as pessoas que aqui estão. Pensem em Borba, deixem-se de pormenores técnicos e nunca se esqueçam de uma coisa: Falem, falem e façam alguma coisa. Eu faço.

O Membro António Paixão : Senhor presidente, "eles falam, falam, falam", eu vou ver se sou capaz aqui na minha pequenês, maneira de falar, sou capaz de resumir aqui algumas coisas que eram interessantes, em meu entender, para a minha freguesia. Primeiro que tudo, agradecer o postal de Boas Festas ao senhor presidente e à Mesa da Assembleia que teve a feliz ideia de colocar cá o Padrão de Montes Claros, comemorativo da Batalha de Montes Claros, a batalha decisiva que nos devolveu a independência foi em Rio de Moinhos, foi em terrenos de Rio de Moinhos. Talvez, talvez imbuído deste espírito de independência, eu estou a ouvir aqui com alguma frequência o meu amigo e companheiro Carlos Cabral dizer que vai tornar a Nora uma freguesia independente de Rio de Moinhos. Talvez imbuído do mesmo espírito, da vontade que as pessoas de Rio de Moinhos tiveram da independência. Obrigado por isto. Eu estou a mostrar, precisamente para o público também poder gozar desta imagem, que era giro que todos também tivessem um postalzinho, se houvesse possibilidade. Senhor presidente, mas voltando agora aqui ao que é muito importante aqui para nós e para o concelho, particularmente para a minha freguesia, eu também sou daqueles que não tive muito tempo para me debruçar, enfim, a analisar um Orçamento e um PPI como este, com esta dimensão, para além dos meus conhecimentos também não serem assim tão, tão elevados que pudessem trazer aqui uma análise muito - como hei-de dizer? - muito, muito técnica. Bem, o que me preocupava a mim eram algumas coisas que, que eu queria ver em Rio de Moinhos e tenho que confessar, no meio de tantas que vejo, no meio de tantas, que tenho algumas dúvidas que a gente seja

capaz de resolver. Eu elejo aqui para a Freguesia de Rio de Moinhos alguma delas que, senhor presidente da Câmara já sabe, mas que eu gostaria que esta Assembleia também ouvisse aqui, que era: o Centro de Convívio da Nora; o arranjo das escolas, o arranjo exterior das escolas e que na Nora também contemplasse refeitório e, se possível, ATL. No Barro Branco: o Centro de Convívio do Barro Branco e o Polidesportivo do Barro Branco. A estrada de Santiago até à Salgada; o polidesportivo de Santiago e o Centro de Noite, pelo menos o terreno, para Centro de Noite e para alguns lotes de habitação. Eu elegi, de facto, estas, estas reivindicações e vejo-as cá contempladas. Eu, desta vez concordo porque vejo no Orçamento, vejo em PPI estas obras. Eu vou, concordo e vou votar favoravelmente a este Orçamento e a este PPI, mas não terei certamente a mesma votação na conta de gerência que for apresentada à Assembleia em Abril, se algumas destas obras não tiverem o seu início até lá. Que fique aqui já claro, nesta Assembleia com o presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos independentemente da força política que aqui também representa, que está de acordo sim com o desenvolvimento das obras e não somente com a política partidária. Muito obrigado.

O Membro Carlos Cabral : Muito obrigado. Na minha vida profissional o que me pode suceder de melhor é ser citado pelos artigos que escrevo. Aliás, a carreira que faço, quando a gente consegue uma citação internacional então, quer dizer, é o caminho bom do currículo a ser citado. E a doutora Filipa, se a minha carreira aqui na Assembleia tivesse estes mesmos parâmetros, como gosta muito de me citar, eu já estaria no alto, quer dizer, da hierarquia desta Assembleia. Mas a questão é que a citação tem que ser bem feita porque, quando as citações são mal feitas, ou não correspondem ao pensamento do que o autor escreve ou diz, quer dizer, as coisas tornam-se um pouco desfavoráveis para o próprio autor e é só por isso que eu vou falar. A doutora Filipa pode ler as actas todas de todas as Assembleias, não encontrará nenhuma em que eu diga que a coerência não é o meu forte. Encontrará, pelo menos aí quatro vezes em que eu já disse que não considero a coerência um grande valor para a vida porque só os burros não mudam, quer dizer, acho que mudar quando me mostram que não tenho razão, não é a mudança de mudar de paradigma, é mudar de pensamento, é mudar de reflectir. Tirando esta questão, eu gostaria de dizer também que, embora criticados os Orçamentos na anterior mandato, devemos lembrar que nunca nos quatro anos anteriores foi inviabilizado um Orçamento e sempre, sempre aqui os membros do Partido Socialista se abstiveram para permitir que a força que não tinha maioria na Assembleia Municipal governasse a Câmara com os seus Orçamentos e as suas Opções e, não se pode agora vir aqui dizer que a gente criticou, sim senhor, criticou e eu critiquei algumas vezes, mas sempre o nosso voto foi: "Os senhores são o poder, governem com o vosso Orçamento" e poderíamos ter inviabilizado o Orçamento, se o quiséssemos. Nunca o fizemos porque esse é o nosso entendimento da questão e das coisas. Muito obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal : Muito obrigado, senhor presidente. A conversa está interessante, mas a mim nem a sondagem dos quarenta e oito por cento (48%) me alegrou. Isto agora, já que temos estado aqui numa conversa, enfim, em altas reflexões, permitam-me também que lhes diga que também me dava um certo gozo, mas também penso que não vale a pena - nem se calhar o local é o mais apropriado - discutir agora a evolução do concelho de Borba se calhar desde o 25 de Abril até à actualidade. Talvez desse uma reflexão interessante e, se calhar, hoje não teríamos este Orçamento empolado se aqueles equipamentos que o Partido Socialista considera fundamentais para o concelho tivessem sido feitos. Mas eu não vou por aí, não estou muito interessado nisso neste momento. De qualquer maneira, tenho que fazer aqui dois ou três reparos que me parecem importantes. Um deles, o senhor professor Carlos Cabral, e muito bem, fez aquilo que tinha que fazer. Aliás, se ele não o fizesse, faria eu porque na altura, enquanto presidente da Assembleia, sei perfeitamente as discussões que existiram e, efectivamente, viabilisámos sempre todos os Orçamentos aqui dentro desta mesma casa. Depois, em relação a algumas observações que por aí foram feitas, relativamente às formas que há de colocar obras no PPI sem fazer empolamento, etc., etc., etc., nós aqui seríamos sempre "presos por ter cão ou presos por não ter". Se lá não puséssemos as obras é porque as tínhamos previstas e não as púnhamos, se as puséssemos sem valor é porque isto era só para enfeitar, se as pomos com os valores exagerados é porque são empolados. Quer dizer, há sempre formas de criticar, há sempre formas de fazer, e às vezes de se dizer uma coisa e fazer-se outras, enfim. Quanto ao ritual para ouvir os partidos que o senhor deputado Luís Nascimento fazia há bocado, falava há bocado, eu não sei bem se é ritual. Aliás, eu ponho algumas dúvidas e ponho, ponho algumas questões sobre, enfim, a lei e o estatuto da Oposição aponta no sentido de ouvir, eu não sei até que ponto é que isso

é importante. Sou daqueles que defendo que, quem governa deve, de facto, governar; deve deferir os seus pontos de vista porque eu também, também fazia, podia fazer de conta - e permitam só que lhes recorde aquilo que fazem nos outros lados - eu podia mandar uma carta com trinta dias de antecedência ou quarenta e cinco ou seis meses aos partidos políticos e depois não colocar cá nada na mesma; quer dizer, que é aquilo que é hábito fazer noutras Câmaras. Lá estou eu a falar noutras Câmaras, mas é que nós, quando falamos, temos que pensar aquilo que fazemos noutro lado e noutro lado nós fazemos de outra maneira e eu podia fazer assim. Portanto, noutras Câmaras fazem assim e depois falam, falam, falam ou escrevem, escrevem, escrevem, mas depois não são atendidos também. Relativamente à coluna de despesa que foi referida, salvo erro, pelo professor Carlos Cabral, efectivamente isso acontece, mas eu penso que Borba e isso agora permitia-nos fazer a tal reflexão sobre os equipamentos que Borba deveria ter e, se calhar, se estes equipamentos lá estivessem a coluna da despesa seria, se calhar, já menor porque provavelmente poder-se-iam ter encontrado mais algumas receitas que, de certa forma, fossem equilibrar essa despesa, mas não há dúvida que é um direito que Borba tem. Os borbenses têm direito, têm direito a ter uma Biblioteca, a ter um Cineteatro, a ter umas Piscinas cobertas, têm direito e já devia estar feito há muitos anos. Se não está feito, enfim, neste momento não atribuo culpa a ninguém, mas não há dúvida que nós temos o direito de ter. Se isso vai depois aumentar a coluna da despesa; então nesse caso, se calhar, o melhor é nós não fazermos nada e deixamos, enfim, correr o tempo e depois, daqui por uns anos, arrependemo-nos daquilo que devíamos ter feito e não fizemos, não é? E, para já, fico-me por aqui.

O Vereador Joaquim Serra: Muito obrigado. Muito boa noite a todos os membros da Assembleia, membros da Câmara, o público, técnicos aqui presentes, funcionários da Autarquia. O teor da discussão despertou-me o interesse em falar mais sobre a teoria e sobre a reflexão do que propriamente sobre o documento em si, para dizer que comungo de muitas das preocupações que efectivamente foram apresentadas. Mas penso que estas reflexões depois têm que ser levadas à prática e que é preciso também dar passos e dar sinais nesse sentido. E penso que já fizemos aqui algumas reflexões e temos feito também noutro órgão, que é a Câmara Municipal, sobre estas questões e não estamos a ver passos em frente no sentido de ajudar a resolver estas questões. E aquilo que eu me parece é que nós não estamos a saber e quando eu digo nós, nós todos, se calhar, os autarcas em Borba, os autarcas em Estremoz, em Vila Viçosa, os instrumentos que nos são facultados para definir a nossa actuação. E digo isto porquê? Porque nós, uma das coisas em que perdemos capacidade de reivindicação é nesta questão de fazermos Orçamentos com muitas receitas que depois não somos capazes de cumprir. Nós, quando apresentarmos a qualquer administração autárquica o nosso Orçamento, eles dizem assim: "Então, mas para que é querer mais receitas? O vosso Orçamento está equilibrado, vocês têm para aí receitas que vêm de todos os lados, como é que vocês podem justificar as necessidades?". Então, o que me parece, a mim, é que nós temos dois instrumentos que temos que saber utilizar. Um, que me parece a mim que deve ser o mais rigoroso possível, que é a questão do Orçamento e que eu considero um instrumento meramente técnico e que deve reflectir, nesse instrumento, aquilo que efectivamente são as receitas previstas e que efectivamente são possíveis de cobrar e que deve ter a despesa equilibrada com essa receita. Ou seja, nós devemos dizer e a Assembleia deve dizer aos eleitos da Câmara que: "O que vocês têm para gastar é X, que é aquilo que o vosso Orçamento da receita lhe pode garantir com uma margem de erro de dez (10), quinze por cento (15%)". Mais que isso, não. Outra coisa é o outro documento e que é um instrumento extremamente importante do ponto de vista político que é as Grandes Opções do Plano e o POCAL, mesmo o POCAL diz que o Orçamento deve ser o mais rigoroso possível e os técnicos devem-no fazer com as regras previsionais que estão definidas e que não deixam afastar do Orçamento real uma vez que a maior parte das receitas são previstas em função das cobranças anteriores. E depois, o sonho dos políticos tem que ser transcrito nas Grandes Opções do Plano e tenham a coragem de dizer, nas colunas a definir, que para nós executarmos aquilo que gostaríamos e que os nossos concelhos precisam, nós precisamos de uma receita que não sabemos de onde há-de vir, mas que é de tanto e é com base nesta receita que nós precisamos e que não sabemos de onde vem, que nós temos que ir à procura dela, enquanto políticos. Não é nós estimarmo-la no nosso Orçamento que depois vamos à procura dela, porque o nós estimarmos a receita no Orçamento, ela não se traduz em dinheiro efectivo e quando o António Anselmo diz assim: "Se eu tiver cinquenta escudos no bolso ou cinquenta contos e gastar os cinquenta contos, eu tenho aquilo equilibrado. Mas o pior é quando tu tens um cheque lá no bolso de cem contos e gastas cem contos e depois vais ao Banco e o cheque não tem lá nada, aí tu estás empenhado. E se nós pegarmos neste Orçamento e a

Câmara se meter a gastar dinheiro à fartasana porque vai ter dotação orçamental para tudo e para mais alguma coisa, quando chegar a fazer a conta, vai ver que, se não foi buscar à Banca, vai ver que não conseguiu pagar a alguém. E, então, aquela coluna que nós vimos aí dos fornecedores - porque são esses depois que têm que ficar a arder - vai crescer e daqui vem depois o descontrolo. E depois, quando nós dizemos assim: Mas também é isso que nós queremos para a nossa terra? É isto que é também gostar da nossa terra? Ter uma Câmara que depois vamos ver a lista de fornecedores e que vive à conta dos fornecedores e que desenvolve a sua actividade à conta dos fornecedores? Também não me parece que é isto. Então, é por isso que eu acho que nós temos que fazer esta reflexão e aprofundá-la. E uma das coisas é, que nós temos que ter consciência é disto e podem acusar também erros de passado sobre isto porque, efectivamente, aparecem, mas aquilo que nós temos que pensar é isto e temos que um dia pensar e fazê-lo. Não podemos só continuar a reflectir. É dizer assim: nós vamos apresentar um Orçamento real de como é que esta Câmara sobrevivia só com as suas receitas e vamos ver o que éramos capazes de fazer e depois vamos fazer este termo, este termo comparativo. É um desafio que se lança aqui, que pode ser para o Partido Socialista, pode ser para outras forças políticas e que devia ser encarado com alguma realidade porque era importante que isto se fizesse. E depois vamos ver que, efectivamente, se calhar, alguns tínhamos que começar a pensar de uma forma mais integrada, fazer um planeamento mais alargado e mais abrangente que não se limitasse ao nosso concelho, mas se calhar se se limitasse aos concelhos envolventes e depois, se calhar, se isto acontecesse, se calhar, havia muito mais gente a reclamar a regionalização e a bater-se pela regionalização. Disse.

O Vereador Humberto Ratado : Meus senhores, boa noite a todos os presentes. Já agora, também, não tinha intenção efectivamente de fazer intervenção neste ponto, mas devido às reflexões que foram feitas aqui e bem e serenamente; portanto, concordo plenamente, como já disse em outras ocasiões, que estes Orçamentos, estes documentos devem ter um rigor preciso e necessário para, efectivamente, quando chegar a análise das contas, analisar bem os desvios e evitar grandes desvios, sem dúvida. Mas eu vou ser muito breve, só para referir uma situação. Bem, se tivéssemos que fazer um Orçamento real quando chegámos, digamos, ao Poder desta Autarquia, com a dívida que estava implementada, então, penso eu, quase de certeza passaríamos os quatro anos a pôr assim: Bem, despesa: com a dívida que está é X, mais as correntes que vão vindo é Y e, então, receita não há só para pagar isto e, então, não se faz obra nenhuma. Esta era a reflexão. Então, passaríamos quatro anos com as nossas promessas e com as nossas, digamos, ideias de desenvolvimento para o município sem fazer rigorosamente nada. Andávamos só aqui a fazer, como está agora o Governo Nacional, gestão só, gestão aquela passiva, não é? E isso não acontece. Somos ambiciosos, mas também estamos aqui a dar a cara efectivamente naquilo que achamos que, que o senhor presidente disse logo, e muito bem logo no início. Portanto, estamos a assumir, mas o que é certo é que, quando depois se fala aí nas taxas de execução, já tive oportunidade de, ainda este ano, quando debatemos as contas, dizer que não é bem assim. As taxas de execução nossas não é bem assim como se falava. Relativamente, comparativamente com anos anteriores, não vou já, não vou entrar novamente por esse termo, mas para dizer o seguinte, é que as taxas de execução no papel, efectivamente com um Orçamento tão elevado e, provavelmente, nem chega os treze milhões (13.000.000). Se calhar, necessita-se até de vinte e seis milhões (26.000.000), meus senhores. Mas, infelizmente não há receitas para tal que aguentem. Entretanto, porquê? Porque, ao longo do tempo, não houve investimento em infra-estruturas, em equipamentos que nos permitem hoje, em dia, dizer assim: Bem, em vez de termos a obra que está a decorrer no Cineteatro que custa X, que vai terminar para o próximo Março e Abril, salvo erro, já estava, já estava recuperado. Em vez de termos mais outro, o Palacete dos Melos também já estava recuperado. Quer dizer, uma série infindável de projectos que já podiam estar no nosso Município e não estão. E depois seria equilibrado, seriamente, como concordo, a todas as contas. Isso não aconteceu e infelizmente estamos nós aqui com este handicap, mas assumimo-lo, assumimo-lo amplamente e claramente. Portanto, não me vou alongar muito mais. Era só para dizer que relativamente à taxa da execução, quando foi referido, nós estamos a assumir uma taxa de execução possivelmente baixa, mas lá fora, possivelmente, as obras vêm-se. Não a nível de números, mas acho que se vão vendo e vêm-se ou, pelo menos, as necessidades primárias da maioria da população estão a ser concretizadas. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal : Pronto. Não há mais inscritos e, portanto, íamos passar à votação. Íamos votar inicialmente o Orçamento, que é a alínea a): quem vota a favor da aprovação do

Orçamento, conforme proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Portanto, o Orçamento está aprovado por treze (13) votos a favor e quatro (04) votos contra. Seguidamente, vamos, então, votar as Grandes Opções do Plano para o ano dois mil e cinco. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém? As Grandes Opções do Plano estão aprovadas por treze (13) votos a favor e quatro (04) votos contra.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2005.

O Presidente da Câmara Municipal : Porque há encargos assumidos pela Câmara Municipal, por exemplo, em relação a resíduos sólidos que são preocupantes e eu tenho, infelizmente, a função de estar aqui e estar no Conselho de Administração da Gesamb e as coisas não são, não são pacíficas, quer dizer, na segunda-feira vai haver, Assembleia Inter-municipal e provavelmente eu e o outro elemento do Conselho de Administração vamos ser chamados à pedra por causa da decisão que tomámos de aumentar o preço da tonelagem de entrada no aterro sanitário porque a empresa tem um prejuízo brutal e, portanto, é inviável como está. Isso significa o quê? Significa que tem que haver aumento da taxa de depósito dos resíduos lá. E, portanto, isto para vos dizer o quê? Quer, seja o sistema inter-municipal ou não, desde que as empresas tenham que dar lucro, não é? As pessoas têm que pagar e se for seguido o princípio do poluidor -pagador, como era defendido e como parece que continua a ser defendido, então significa que qualquer dia as Câmaras não têm, não arranjam dinheiro para pagar o depósito dos resíduos nos aterros sanitários. Aliás, quero-vos dizer que, neste momento, a Câmara de Borba está, paga em dia, paga mensalmente e vou tomar posições duras no Conselho de Administração no sentido de não permitir que Câmaras que não estão pagas em dia, não depositem lá os resíduos. Se a Câmara de Borba paga, as outras têm que pagar. E, portanto, isto para vos dizer o quê? Para vos dizer que, mesmo aquilo que nós cobramos, não é aquilo que nós precisamos. Ou seja, as despesas, nalgumas situações, continuam a ser maiores que as receitas e, portanto, é importante repensar-se tudo isto. Repensar-se esta tabela e não só; vem aí também, mais ano, menos ano, a questão da água, quer o sistema inter-municipal, quer o multi-municipal porque, como sabem o distrito está dividido está dividido em dois, água e saneamento. Portanto, significa que há, de facto, acréscimos substanciais em termos de despesa e, portanto, quem consome, tem que pagar. Nós aqui, este ano, optámos apenas pela taxa de inflação com os tais acertos que falávamos, mas eu estou convencido que vamos ter que, nós e outros, vamos ter que tomar posição no sentido de aumentar substancialmente, sobretudo algumas destas taxas. Eu sei lá, estou-me a lembrar, por exemplo, dos contadores, os contadores de água que aparecem como taxa de disponibilidade são uma despesa, representa uma despesa brutal para a Autarquia em termos de arranjos, os que se estragam, os que são substituídos, o preço dos novos. Portanto, são coisas que são incomportáveis, não é? Pronto, isto hoje, já que estamos em dia de reflexão, se calhar também seria interessante nós pensarmos o que fazer também a este nível, ao nível do saneamento: se há-de ser a Câmara a continuar; se há-de criar uma empresa municipal ou inter-municipal que vá zelar pela manutenção das redes, pela cobrança, etc., etc.. Portanto, eu penso que, mais ano, menos ano, é preciso também haver reflexões a este nível porque, senão, as coisas não correm bem. E, para já, disse.

O Membro Carlos Cabral : É só um pequeno apontamento sobre a Gesamb. É que a reflexão a fazer no seu Conselho de Administração não pode ser só pelos custos, tem de ser feita também a partir do projecto. Quer dizer, se o projecto está mal desenhado em si desde o início, quer dizer, não é pelos custos que a gente o vai resolver, claramente. E, por exemplo, do meu ponto de vista, ele está completamente mal desenhado desde o princípio porque, se as Câmara, pequenas Câmaras retirassem para as centrais de combustagem a maior parte dos resíduos orgânicos, faziam disso uma receita que é um custo hoje de depósito num aterro. Sempre se ouviu dizer que o lixo era uma riqueza, o rei do lixo em Lisboa era um dos tipos mais ricos e nós aqui, o nosso lixo é só despesa. Não dá nenhum benefício, porquê? Porque o projecto está, desde a origem, mal concebido e tornou-se hoje um encargo quando poderia ser uma receita. E, logo, a reflexão não é só pelo agravamento das taxas, é que mudanças há que fazer no projecto para que ele se torne uma receita.

O Presidente da Câmara Municipal : Já agora, e já que falámos nisto, embora isto fuja um pouco, se calhar, ao tema, só dizer, senhor presidente, se me permite, que quando digo reflexão, obviamente que penso em tudo isso, não é? Não penso só ao nível da receita e, portanto, ao nível da questão, em termos da questão de receita e de despesa. Mas, já agora, dizer-vos também, e isto é uma preocupação que eu tive e, neste momento, penso que começa a ficar ultrapassada e que tem que ver com o período de vida útil do aterro e com aqueles, aqueles conflitos internos que existiram na Câmara de Évora relativamente à localização ou deslocalização daquele aterro. Ou seja, o investimento está feito naquele sítio, se vier a ser deslocalizado, como parece que a Câmara de Évora queria isso, vai reflectir-se brutalmente nas despesas das restantes Câmaras. Parece que as coisas, neste momento, estão a ser mais ou menos ultrapassadas porque o investimento que se fez ali, se for amortizado em vinte anos, tem uma implicação em termos de despesas e também de receitas, eventualmente, não é? Agora, se tiver que ser amortizável em dez anos, é óbvio que se vão sobrecarregar as restantes Câmaras. Portanto, e fala-se, fala-se desse e dos outros que vierem a seguir, não é? Portanto, são os lixos, são as águas, etc., etc., e isso é, de facto, é uma situação que é preocupante e que é importante repensar-se. E eu nem sequer estou a puxar aqui a brasa à sardinha ou o sistema inter-municipal ou ao multi-municipal porque se calhar, infelizmente, estou nos dois e verifico que não há grandes diferenças em termos de estratégia, não é? Ao nível do funcionamento das empresas. Uma diferença é que numa, o capital é maioritariamente público; noutra, é maioritariamente privado, não é? Mas, mas é que as Câmaras têm um papel importante também. Mas esta situação não é uma situação fácil. Agora, em termos de projecto está feito, os custos estão calculados e agora temos que encontrar as melhores soluções. Agora, não há dúvida é que para a empresa ter viabilidade económica, não pode ser com as tabelas que tem neste momento, não é? Porque isso é impossível e claro que obrigará naturalmente àquilo que o professor Cabral dizia de termos que encontrar soluções para gerar a receita, não é? Disse, para já.

O Presidente da Assembleia Municipal : Mais alguém se quer inscrever? Pronto. Passávamos à votação. Quem vota a favor da proposta da Câmara sobre a Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano dois mil e cinco, levanta o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, levanta o braço. Quem se abstém, levanta o braço. Está aprovado por maioria com treze (13) votos a favor e quatro (04) abstenções.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização.

O Presidente da Câmara Municipal : Pois. Este, este regulamento também não tem, não tem alterações significativas. Apenas é e por instrução também da inspecção, publicada essa tabela anexa que vem no fim do regulamento e foi acrescentado o artigo número sessenta e três (art.º63), que não estava aí e, portanto, que prevê que, que a taxa de inflação, portanto, a aplicação da taxa de inflação anual e do tal arredondamento para o tal zero, ponto, zero, cinco (0.05). Portanto, também não tem nada de especial. Mantém-se basicamente o mesmo com o tal problema das IPSES e da tal legalização das obras que nós vamos manter embora contra aquilo que a inspecção da Câmara manda; manda ou, pelo menos, tem opinião contrária e, portanto, esta tabela que, segundo eles, tem que se publicar também e que, no fundo, é a repetição da tabela de taxas, não é? E é só, para já.

O Presidente da Assembleia Municipal : António Anselmo, faz favor.

O Membro António Anselmo : É uma situação penso que fácil, mas com a crise que há cada vez maior, é assim: o regulamento, em termos gerais, está bem feito, não tem problemas nenhuns. Agora, em termos do chamado calcetamento da rua, nas chamadas zonas de granito, faz-se calcetamento com granito, não é? Nas chamadas zonas de mármore, poder-se-ia fazer calcetamento com as chamadas lajes de mármore. Portanto, isso não tem que ver com o regulamento, mas tem que ver, se calhar, provavelmente com a sensibilidade. Quando se pensa, enfim, em colocar paralelos de granito, como se diz em todo o lado, nas zonas de Borba, Borba é uma terra de mármore, não, não vale a pena falar que, se a estrada de Vila Viçosa tivesse mármore, já tinha partido há muito tempo. Mas, provavelmente, as chamadas zonas urbanas da vila, poder-se-ia pensar, em vez de alcatroamento ou calcetamento com granito, talvez pensar em mármore. Seis (06), sete centímetros (07cm) de espessura, dois centímetros (02cm), três (03) ou quatro

(04), não importa lá como é que é tecnicamente, os técnicos depois definirão a espessura em si. Agora, as chamadas lajes de mármore, provavelmente, numa situação de crise, independentemente das empresas que possam fornecer ou não, poderia ser um aproveitamento dos chamados subprodutos que não obrigava a uma selecção muito rigorosa dos materiais em termos de cor ou de tonalidade e poderia servir para poder, se não relançar, pelo menos manter algumas pequenas ou médias indústrias aqui na nossa zona. É só isso que quero chamar à atenção. Não contra o regulamento, acho que o regulamento está perfeito; agora, poder, no regulamento, não exigir calcetamento em mármore ou não, mas poder aconselhar o mármore como produto da região utilizado em favor da região e a benefício das pessoas que trabalham na mesma. É só isso.

O Presidente da Assembleia Municipal : Mais alguém se quer pronunciar sobre o assunto? Passávamos, então, à votação. Quem vota a favor da proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Está aprovado por maioria: treze (13) votos a favor e quatro (04) abstenções.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Empréstimo a Curto Prazo.

O Presidente da Assembleia Municipal: Ponto três, cinco (3.5) - "Empréstimo a curto prazo". Passava a palavra ao senhor presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Bom, este empréstimo é aquele que vem todos os anos à Assembleia para fazer face a despesas de tesouraria e pela análise que foi feita pelos técnicos, que conforme foi distribuído, aquela que, de facto, é a proposta mais vantajosa, é aquela que é apresentada pela Caixa Geral de Depósitos e, portanto, para já, não tenho mais nada a dizer.

O Presidente da Assembleia Municipal : Alguém se quer pronunciar sobre este assunto? Passamos à votação. Quem vota a favor da proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Portanto, está aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Exposição apresentada pelos moradores da Av. da Quinta da Prata.

O Presidente da Assembleia Municipal: Passamos ao ponto três, seis (3.6) - "A exposição apresentada pelos moradores da Avenida da Quinta da Prata" e eu passava a palavra ao senhor presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Muito obrigado, senhor presidente. Em relação a este assunto, eu recebi da parte da Assembleia Municipal, portanto, a informação. Portanto, isto foi uma exposição que foi feita, um abaixo-assinado que foi feito pelos moradores da Quinta da Prata e apresentado na Assembleia Municipal e eu, em relação a este assunto, queria-vos, queria dizer o seguinte; aliás, eu já tinha dito isto numa outra Assembleia Municipal em que, no "Período do Público", as pessoas envolvidas se pronunciaram sobre este, sobre este assunto. Eu penso que há aqui que distinguir duas situações diferentes: uma é aquela que tem que ver com o papel fiscalizador da Câmara Municipal de Borba e outra é aquela que tem que ver com conflito entre a vizinhança. E quero dizer também o seguinte, de acordo com o anterior PU, toda aquela zona correspondente, portanto, à Adega Cooperativa, é considerada uma zona industrial existente; considerada zona industrial existente e, portanto, é tratada como tal. Depois, já foi dito também e já houve, por parte da Adega Cooperativa, a apresentação de alguns projectos, sobretudo em relação à outra parte, aquela que tem que ver com uma instalação de novos depósitos lá para o lado da estação. Depois, também pedi informação - aliás, isto já foi dito - aos serviços técnicos da Câmara, sobre a questão da legalização do licenciamento dos depósitos e de acordo - que já foi dito também da outra vez - de acordo com a questão de licenciamento, a Câmara tem, tem capacidade para licenciar tudo o que é relacionado com construção e reparação desde que haja betão e haja ferro. E, portanto, tudo aquilo que tem que ver com isto, se as pessoas pediram, apresentarem os projectos, eles são licenciados ou não. Se não apresentarem os projectos e forem detectados pelos técnicos, e têm sido, são mandadas fazer fiscalizações, são aplicadas contra-ordenações, enfim, é feito o trabalho, digamos, que

competem à Câmara Municipal. Aquele que tem que ver com a relação de vizinhança, aquele que tem que ver com litígio que há entre pessoas e, naquele caso, com a Adega Cooperativa, portanto, tem que ver com os tribunais. Aliás, este é o parecer da jurista da Câmara desde o primeiro dia. Relativamente ao abaixo-assinado que é apresentado, também lamentavelmente e, isto foi dito e transmitido pela jurista da Câmara Municipal de Borba, portanto, nós não podemos apoiar, em termos de dinheiro, um município ou dez municípios ou vinte municípios porque a consultora da Câmara é consultora da Câmara Municipal de Borba. Se todos os municípios se lembrassem de vir pedir apoio financeiro à Câmara Municipal de Borba para resolver questões com os tribunais, então, quer dizer, não fazíamos outra coisa. Nem sequer, nem sequer é legal, portanto, não é legal fazer-se uma coisa destas. Penso que para esta situação que aqui está, o melhor é, de facto, o Tribunal, mas eu já disse isto logo desde o primeiro dia e aí a situação, de uma vez por todas, se resolve. Da parte dos técnicos da Câmara, o entendimento é que aqueles depósitos são um equipamento e um equipamento não é, não compete a legalização desse equipamento à Câmara de Borba. Este é o entendimento dos técnicos, portanto, tem que ver, o licenciamento tem que ver com outro tipo de construção que não propriamente a instalação de um depósito. Perante uma situação destas, aquilo que eu achava era que realmente as pessoas têm o direito de se manifestar. É uma questão de eles próprios encontrarem uma forma de participar ou através da GNR, chega lá a GNR, uma participação, vai para Tribunal e o Tribunal decide. Ou então, encontrarem um advogado que instaure o processo. Se, e acontece que as pessoas que aqui me aparecem desde que sejam - pelo menos, é a informação que eu tenho - desde que sejam pessoas sem possibilidades económicas e, pelo que vejo aqui, há muita, grande parte das pessoas que aqui estão, são reformados. Atenção que era conveniente que as pessoas que fazem isto, se tivessem que ser pessoas directamente lesadas, porque pelas pessoas que aparecem aqui no abaixo-assinado, verifico também que há aqui muitos que assinam por uma questão de solidariedade porque não me parece que estejam a ser prejudicados neste momento porque não vivem lá, não é? Portanto, aqueles que, de facto, se sentem prejudicados, é uma questão de apresentarem queixa ao Ministério Público e, considerando que têm baixos rendimentos, até têm apoio jurídico. Portanto, não têm que pagar absolutamente nada. E nós já tivemos aqui, infelizmente, uma situação que depois veio trazer problemas complicados, não é? Que eu era, na altura, presidente da Assembleia e que isto foi dito a uma pessoa que se queixava daquela situação ali de baixo da oficina do bate-chapas, não é? Isto que estamos hoje aqui a falar, falámos numa outra situação, noutra Assembleia em que foi dito à pessoa: "O lugar certo para tratar estes assuntos é o Tribunal" e, portanto, aí, toda a gente, suponho eu que fica devidamente esclarecida e o Juiz, se entender que, de facto, a Câmara aí tem responsabilidades, será com certeza chamada à atenção. A opinião da consultora jurídica da Câmara e a opinião dos técnicos da Câmara é que, em relação à instalação, não é, o licenciamento não compete à Câmara Municipal. Portanto, eu penso que a melhor solução é, de facto, essa. E, para já, disse.

O Presidente da Assembleia Municipal : Obrigado. Alguém quer falar sobre o assunto? António Anselmo, faz favor.

O Membro António Anselmo : Há um ano, mais ou menos, houve essa mesma conversa aqui. Entretanto, com mais ou menos e mais ou menos, passou um ano. E o mais ou menos está o mais ou menos. Não está em causa, eu dá-me impressão que as pessoas têm que perceber uma coisa e bem entendo que o senhor Crispim e as pessoas todas que falam, têm razão. Têm que perceber, na minha opinião, que a Câmara Municipal de Borba nunca pode, a não ser que tenha motivos muito próprios, falar directamente ou falar legalmente com a Adega Cooperativa de Borba. O que eu entendo é que provavelmente o grupo das pessoas todas que aqui estão do Partido Socialista, da CDU, juntássemos com o senhor Crispim e fôssemos tentar falar com a Adega e perceber, fazer sentir à Adega que a evolução da tecnologia e a evolução da ocupação do espaço poderia ser equilibrada, podia ser bem feita e, se calhar, provavelmente, as coisas, com o tempo, resolviam-se. Agora, o senhor Crispim tem razão; traz um assunto a uma Assembleia Municipal e até este momento a Câmara, porque não tem nenhuma responsabilidade no assunto - se tivesse, legalmente, actuava - não actuou; não actuou porque não tem responsabilidades. O senhor Crispim volta outra vez com a mesma situação e tem razão. O senhor Crispim é um município como nós e se nos sentimos incomodados, temos que falar. Temos que falar com razão, temos que falar defendendo os nossos direitos, mas percebendo que o valor que a Câmara Municipal de Borba seja ela da cor que for, representa são os valores de todos os borbenses. Por isso eu voto da mesma maneira,

independentemente das pessoas que fazem o abaixo-assinado entenderem que a direcção da Adega, seja aquilo que for, penso que podem receber o senhor Crispim, podem-me receber a mim, podem receber um membro da CDU, um membro do PSD, os membros daquilo que, vamos falar com calma: "Senhor presidente da direcção da Adega, vamos ver como é que é. Como é que resolvemos os assuntos das pessoas que estão por trás de nós? O que é que fizemos ilegalmente ou não ilegalmente?". Portanto, dá-me a impressão que a gente ou fala as coisas como devem ser faladas ou andamos nisto. E andamos nisto há um ano. E não vale a pena dizer que fulano tal disse que podia falar ou que não podia falar. Somos todos de Borba - mais uma vez, volto a dizer - todos gostamos muito de Borba e ninguém quer em Borba que alguém fique prejudicado por alguém de Borba. Agora, com calma resolvemos os assuntos. Vamos falar com as pessoas e eu, neste momento, disponho-me ao senhor Crispim para ir falar com o presidente da Adega Cooperativa de Borba. Para falar com as pessoas que ele quiser da Adega Cooperativa de Borba. Falar, que eu não sou técnico. Eu não sou incomodado; provavelmente a minha mãe até poderá ser incomodada que mora quase ao pé, não é? Provavelmente as pessoas não dormem de noite, durante a laboração, é verdade que é assim. Eu moro ao lado de uma padaria que faz barulho todos os dias e, a maior parte das vezes, apetece-me é fazer aquilo que estou habituado a fazer, mas com calma. As pessoas trabalham, têm seis ou sete postos de trabalho. Vamos ver. Agora, temos é que ter a coragem de falar como deve ser e vamos lá falar com o senhor presidente e o senhor presidente da direcção, penso que não é nenhum dono do mundo para não me atender a mim, nem o senhor Crispim. Quem é ele? É um homem como eu, não? Pode ser muito grande, pode ser muito pequeno, mas fala comigo; aliás, tem que falar comigo. Se não falar comigo, naturalmente que eu, cidadão português - como dizem os outros - com o cadastro limpo, o Registo Criminal limpo, posso avançar. Temos é que ter coragem de falar as coisas como devem ser. Não podemos, na minha opinião, é empurrar situações. Há que ser claro e, passado um ano, eu acho que já deveríamos ter sido claros há muito tempo. É só isso. Senhor Crispim, aqui não é fulano tal que está à sua disposição; toda a gente nestas Bancadas que aqui estão, sejam eles do PS, ou da CDU, ou do PSD (que não está presente), estão a favor das pessoas de Borba; mas, acima de tudo, estão a favor do desenvolvimento de Borba. Ninguém quer que alguém fique prejudicado, mas vamos falar, não vamos andar com Rococó. O estilo Rococó é muito bonito em termos arquitectónicos - eu não gosto muito, mas enfim - é interessante. Agora, vamos falar como deve ser e vamos falar segunda-feira. Quer ir comigo? Eu vou consigo, com mandato ou sem mandato. E se isso fosse da Freguesia da São Bartolomeu, naturalmente já tinha ido falar com as pessoas, consigo; por uma razão muito simples: ninguém tem o direito de meter a Câmara em problemas. A Câmara tem técnicos, há fiscais: vão lá, a obra está mal feita, embargam. Como embargaram uma obra a mim. Tenham essa coragem. Agora, não arranjamos enleios, façam o favor de perceber que as pessoas que aqui estão em volta disto são pessoas que gostam de Borba, que querem o desenvolvimento de Borba e não querem prejudicar ninguém. Não vamos arranjar confusões. Portanto, senhor Crispim, eu estou à sua disposição. Senhor presidente da Assembleia Municipal de Borba, eu estou à disposição de ir falar com o presidente da Adega Cooperativa de Borba. Eu, não tenho mandato nenhum, nem quero ter mandato de coisa nenhuma e estou convencido que o presidente da direcção da Adega me atende e vai falar comigo e se eu me entender que a conversa é de ranhanhã, então aí actuo como cidadão; actuo em defesa da minha mãe que mora lá ao pé do senhor Crispim. Por amor de Deus, Borba é uma terra pequena, todos precisamos uns dos outros, todos temos que ter a noção do equilíbrio que temos uns com os outros, mas acima de tudo, temos que ser directos, não vale a pena muita conversa. E se tivermos que ter razão, avançamos legalmente. Se não tivermos razão legalmente, logo vemos como é que é. Eu também não gostava de ouvir lá barulho todos os dias lá na minha casa, ninguém gosta, também não gostava, como o senhor Crispim, estar a tomar um banho de sol e tomar um banho de vinho. Ninguém gosta disso. Há que ter respeito pelas coisas, mas há que ter coragem de falar as coisas como devem ser, com muito respeito que o senhor Crispim sabe que eu tenho por ele. Vamos falar com os homens, falar com os homens.

O Presidente da Assembleia Municipal : Senhor presidente da Câmara, faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal : Já agora, só acrescentar que eu me disponibilizei, na altura quando isto foi falado pela primeira vez e que atendi o senhor Crispim aqui no meu gabinete, me disponibilizei para falar com a Adega Cooperativa e falei com Adega Cooperativa. Aliás, isso já foi dito numa última Assembleia. Os argumentos da Adega Cooperativa era que iam instalar uma cortina que, segundo o

senhor Crispim agora me diz aqui, diz neste abaixo-assinado, não foi instalada cortina ainda nenhuma, e que não tinham espaço. Foi aquilo que foi dito, claramente. E nesse momento nós disponibilizámo-nos - e é isso que estamos a fazer - para que, na revisão do PDM, se encontrasse na parte superior da linha, um espaço para onde eles pudessem alargar as suas instalações. As coisas estão bem encaminhadas. Portanto, penso que poderá, não direi se calhar a curto prazo, mas a médio prazo, as coisas serem encaminhadas. Agora, uma coisa é certa, quando se diz aqui que diligenciar junto do Executivo da Câmara a fim de esta costear despesas judiciais, isto que fique claro que não é legal fazer isto. Nós não podemos pagar despesas judiciais a nenhum munícipe, a nenhum munícipe. A Câmara Municipal tem uma jurista da Câmara Municipal, não tem uma jurista à disposição dos munícipes de Borba. Isto que fique, que fique claro. Relativamente depois às divergências que há, eu, a minha opinião pessoal acerca disso é que acho, continuo a achar que, de facto, o que tem havido é falta de diálogo. Agora, também não estou a atribuir culpas a ninguém nem ao senhor Crispim, nem aos moradores, nem à Adega Cooperativa, mas o que me parece é que é capaz de haver aqui falta de diálogo; se calhar algum interlocutor poderá facilitar o problema. Eu fiz aquilo que podia; os técnicos têm feito; foram apresentados projectos da parte de cima, da parte de baixo, segundo sei não havia necessidade - não sei se há, se não há - eu não sou técnico. Todas as reclamações que têm sido feitas, os técnicos têm fiscalizado; os projectos foram apresentados desta última e, segundo a opinião dos técnicos da Câmara, a Câmara não tem poderes para licenciar o equipamento. Penso que a falar, as pessoas são capazes de se entender. Agora, não havendo diálogo, há o Juiz, o juiz decide. E para isso, é simples, participação ao Ministério Público com um advogado ou através da GNR e depois o Juiz decidirá - não é? - da melhor maneira. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal : Mais alguém quer falar sobre o assunto? António Anselmo, faz favor.

O Membro António Anselmo: Não quero ser advogado de coisa nenhuma, que isso deve ser muito complicado. A Câmara tem razão, o senhor Crispim e as pessoas moradoras em volta têm razão, a Adega poderá ter razão ou não ter razão. Agora, o problema é que se passou um ano desde que vieram aqui a esta Assembleia falar nisso e volto a dizer a mesma situação: a vida não pode ser feita de meias palavras, a vida não pode ser feita de "Vamos lá ver", "Vamos lá andando", "Como é que é?". As coisas são como são, têm o valor que têm. Por um lado, há uma pessoa particular, houve muitas pessoas particulares que são incomodadas, isso toda a gente sabe. Por outro lado, há uma empresa que tem não sei quantos postos de trabalho e que, provavelmente, poderá manter não sei quantos postos de trabalho. Por outro lado, há uma Autarquia que deve gerir as obras que são licenciadas ou não licenciadas. Portanto, a Câmara tem razão porque licencia ou não licencia, inspecciona ou não inspecciona, fiscaliza ou não fiscaliza, tudo bem. A Adega desenvolve o trabalho dela, desenvolve o concelho, desenvolve, cria postos de trabalho, tudo bem. Agora, há uma quantidade de pessoas que são provavelmente prejudicadas. Provavelmente não, são prejudicadas. Portanto, essas pessoas que são prejudicadas, há duas hipóteses, volto na mesma situação: fala-se, resolve-se; não se fala, vamos avançar como deve ser. Aliás, o senhor Crispim sabe que as pessoas que têm um bocado de dificuldades económicas, as Juntas de Freguesia passam, para efeitos judiciais, um atestado de insuficiência económica. As pessoas que façam parte desse abaixo-assinado e que morem na minha freguesia - na minha freguesia não - a freguesia da qual eu sou presidente, vão lá que passo com todo o gosto. Agora, acima de tudo, vamos falar com as pessoas, vamos falar com as pessoas e quanto mais depressa melhor. Agora, numa coisa o senhor Crispim tem toda a razão, há um ano que andamos nisto, não pode ser. As pessoas de Borba, nenhuma pessoa de Borba pode ser lesada em situação nenhuma e nem vou dizer que o senhor Crispim tem razão ou não tem razão, não tenho nada a ver com isso. Sei que ele mora lá e que fala e quem fala é porque sente alguma coisa. Portanto, senhor Crispim, não conte comigo para resdivar, mas, pelo menos, conte comigo para ir lá falar com as pessoas e pense que elas o vão receber e que elas vão dar uma resposta. Em função dessa resposta, eu dou-lhe um conselho: você vai ouvir como eu; se quiser, levamos um advogado que pode dar um conselho também como é que se devem fazer as coisas, mas o importante no meio disso tudo é toda a gente ficar bem, ficar bem. O senhor Crispim e os moradores; ficar bem a desenvolver o trabalho que têm que desenvolver a Adega Cooperativa de Borba e ficar bem a Câmara porque não fez nenhuma ilegalidade. Tem que toda a gente ficar bem. Vamos ver se a gente se entende, mas já passou um ano, tem que ser resolvido. Quanto mais depressa melhor.

O Presidente da Assembleia Municipal : Obrigado. Rui Bacalhau, faz favor.

O Membro Rui Bacalhau : Bom, isto é uma situação bastante delicada e até começava por fazer uma breve introdução para transmitir a minha opinião. A minha opinião em relação à Adega e essas grandes empresas que estão localizadas no concelho de Borba, penso e tenho defendido sempre porque são as maiores empregadoras, têm que ter um tratamento privilegiado. Contudo, não podem nunca violar os direitos dos vizinhos e, na minha singela opinião, aquilo que já vi pelas fotografias é, não tenho conhecimentos específicos para pronunciar-me sobre isso, mas penso que é uma violação dos direitos das pessoas que estão do outro lado do muro. Os argumentos que foram aqui apresentados pelo senhor presidente da Câmara dizendo que a Adega Cooperativa iria instalar uma cortina e falta de espaço, penso que não são argumentos - e não são do senhor presidente, são do presidente da Adega - não são argumentos que nos possam convencer a que não tomemos alguma medida no sentido de tornear aquela situação. Mas colocava uma questão à Câmara, porque vimos as fotografias; nunca fui ao local, mas vi pelas fotografias, o parecer dos técnicos é que é possível aqueles depósitos estarem naquele local e da forma como estão instalados? Eu questiono um pouco isso porque, obviamente também não tenho conhecimentos de Engenharia para pronunciar-me sobre isso, mas, pela fotografia, também me parece que não deve ser muito possível estarem ali aqueles depósitos assentes em fiche ou que é, o que lhe queiram chamar, penso que os técnicos terão alguma coisa a dizer sobre aquela instalação. Relativamente ao comunicado, tive o cuidado de o ler e penso que não se deve personalizar as coisas. Não estão aqui em causa os moradores, não está aqui em causa o senhor Crispim, não está aqui em causa a atitude do senhor presidente da Adega: hoje é este, amanhã será outro. O que está em causa é o bem-estar e a forma como a população deve viver e o direito que a população tem de viver em condições. Um ano, para estas pessoas, custa muito a passar; um ano, para nós, passou de repente. Se não tomarmos medidas, e penso que a Assembleia tem que tomar alguma medida nesse sentido e é nesse sentido que estou a intervir, até criando um grupo de trabalho, no sentido de se poder chegar ao delegado do Ministério Público o mais rápido possível e também nesse sentido eu também me ofereço fazer parte de uma comissão que possamos aqui criar para organizar esse grupo para rapidamente intervirmos porque a minha opinião, e volto a repetir-me, eu sou a favor que essas empresas, que são as maiores empregadoras do concelho, têm que ter um tratamento especial para não saírem de cá, senão criam um outro grande problema social que é o desemprego, mas têm que respeitar os direitos da vizinhança e aquilo que vi não é respeitar o direito da vizinhança. Tenho dito.

O Presidente da Câmara Municipal: Em razão àquilo que dizia o senhor presidente da Junta de São Bartolomeu: "Passou-se um ano e nada se fez". Não é bem assim, quer dizer. Aliás, passou-se um ano e alguma coisa se fez: fez-se uma reunião, tem-se falado. Agora, nada se fez de real, quer dizer; não se retiraram de lá os depósitos, essa é outra questão. Agora, aqui há pareceres, há pareceres jurídicos, há uma série de coisas que eu tenho aqui na mão e foi dito, há um ano, por mim, aqui, que, em termos de Tribunal, como é que as coisas se deveriam fazer. Foi aqui dito, está escrito. Portanto, quem tem esse tipo de problema, nomeadamente o senhor Crispim, já podia, em termos de Tribunal, ter recorrido a Tribunal. Portanto, de acordo com os pareceres que eu tenho, ainda hoje recebi mais um que aqui tenho, em que diz, de acordo com os técnicos da Câmara, que a Câmara não tem que licenciar equipamentos e, portanto, perante uma situação destas, eu não estou a dizer que o senhor Crispim não tem razão; estou a dizer é que o senhor Crispim tem o direito de reclamar; reclamou ele e mais uma série de gente que veio aqui, que é solidária com ele. Agora, o sítio para se tratar disto, em minha opinião, é o Tribunal. E disse, para já.

O Membro Carlos Cabral: Eu só gostaria que o Rui fizesse aqui uma proposta que fosse aprovada pela Assembleia, com a constituição da comissão, de uma comissão, que já estão dois que se ofereceram e as outras pessoas que queiram, e que essa comissão, com o mandato da Assembleia, fosse ela própria falar com a direcção da Adega. Quer dizer, para ter mais força e não serem as pessoas a oferecerem-se para ir falar, é uma proposta da Assembleia Municipal que o Rui ali faz - proposta: constituição de uma comissão para encetar conversações sobre este assunto e depois dessas conversações, como o António Anselmo diz, veremos o que fazer. Já temos o António, já temos o Rui, do abaixo-assinado, pede-se que seja o Mário também e, e o presidente da Junta da Matriz também. Quer dizer, vai uma comissão; fala; expõe e logo, a partir daí, quer dizer, tem outra força se for uma proposta aqui aprovada. Por isso, o Rui faça isso aí num

instante; a gente vota, aprova.

O Membro Joaquim Esteves :Fez-se qualquer coisa durante um ano; depois a Adega não fez nada. Onde está a cortina que eles prometeram ao senhor presidente da Câmara? Eu acho que o senhor presidente da Câmara devia perguntar onde está a cortina, já que lhe prometeram a si. Agora, é uma entidade responsável, a Adega. Não prometem uma coisa, vamos lá ver, então enganaram-se. Disseram que faziam e não fizeram nada. Portanto, eu acho que é uma pergunta que se deve fazer à Adega: onde está a cortina? Eu não a vejo, fui lá e passo lá todos os dias. Eu acho e estou solidário e como presidente da Junta da Matriz, à qual aquela parte pertence. Eu tenho muito gosto em fazer parte dessa comissão.

O Membro Moura Lopes : Eu, salvo melhor opinião, penso que há um trabalho desenvolvido pelo senhor presidente da Câmara e o Quim Manel disse e disse bem. Agora, há que aprofundar esse trabalho. Foi prometido pela direcção da Adega que colocava lá uma cortina não sei de quê e, pronto. Vamos, penso que devíamos aprofundar isso e ver quando é que essa cortina é colocada. Depois, digamos, ainda há uma outra proposta resultante das diligências do senhor presidente da Câmara que, embora demore mais tempo, consiste, digamos, em alargar a Adega para a parte Norte da linha. Ora, desculpem-me, mas eu penso que criarmos uma comissão na Assembleia é - e eu sou muito frontal - é, é mau para o desenvolvimento do trabalho que o senhor presidente da Câmara já fez. Ia até dizer que era passar-lhe um atestado de incompetência, que não, que não é esse o caso porque ele já desenvolveu trabalho. Há é que perguntar em que ponto é que estão as coisas e continuar nesse caminho. Penso que é a posição mais correcta porque agora as conversações, vão começar tudo de novo outra vez. A não ser, pronto, a não ser que nessa comissão, o senhor presidente da Câmara tenha lugar também. Não vejo, não vejo essa comissão sem o presidente da Câmara. Disse.

O Membro António Anselmo : Em primeiro lugar, eu entendo que, cada um tem as suas opiniões, mas isso é - como é que diz o outro? - isso é Demagogia, não é? A Câmara não tem nada que discutir com a Adega Cooperativa de Borba. A Câmara só tem que meter em causa obras mal feitas, mais nada. Portanto, o que está aqui em causa é uma petição de pessoas que têm problemas. Se o senhor Moura Lopes entender que não pode fazer parte dessa comissão ou alguém do grupo dele, isso é um problema dele. Agora, a Câmara só tem que ir fiscalizar, licenciar, não tem nada que meter-se em conversa fiada. São pessoas normais que estão a falar, e já disse aqui há bocado, a Câmara é a Câmara, a Adega Cooperativa é a Adega Cooperativa e as pessoas são as pessoas. A Adega Cooperativa tem que arranjar postos de trabalho cada vez mais; as pessoas têm que estar bem em volta da Adega Cooperativa de Borba e a Câmara não tem nada a ver com isso. Há coisas que são fundamentais: é cara a cara, uma comissão, dois ou três ou quatro. Se uns não quiserem, vão dois ou três; fala-se com as pessoas, fala-se com o presidente lá da Adega Municipal de Borba e tenta-se resolver os assuntos. Estou convencido que vou resolver os assuntos. Agora, não pode haver; era o que faltava agora o presidente da Câmara fazer parte de uma comissão dessas, nunca na vida. O presidente da Câmara licencia e fiscaliza, mais nada. A comissão é que resolve os assuntos, comissão ou não, tenta resolver. Não há hipótese de resolver legalmente, há outras hipóteses de ser resolvida. Vamos ver se metemos os pontos nos "is". Não pode haver cobardia em coisa nenhuma, falamos; agora, a Câmara não tem nada a ver com isso. A Câmara tem que se dar bem com a Adega, tem que se dar bem com todas as empresas que arranjam emprego neste concelho; cada vez estamos pior. Vamos ver se a gente se entende.

O Presidente da Câmara Municipal : Eu penso que, que há aqui uma série de questões que já estão largamente ultrapassadas. Vamos lá ver, isto já é o terceiro - salvo erro - o terceiro abaixo-assinado ou carta que aparece. Em relação à primeira, há um parecer jurídico que eu passo a ler, é que isto, as coisas estão mais que claras. Para mim, as coisas, neste momento, estão mais que claras. Eu posso perguntar se realmente foi posta cortina, se não foi posta cortina, mas isso não resolve o problema do senhor Crispim. Não é pelo facto de lá estar e, aliás, de acordo com isto que aqui está, não é pelo facto de lá ser colocada a cortina que o senhor Crispim fica satisfeito. O senhor Crispim fica satisfeito quando saírem de lá os depósitos que o incomodam. E em relação a isto, passo a ler: "Primeiro - Informação da jurista: As Câmaras Municipais só têm competência em matérias expressamente definidas no artigo número um (art.º1) do decreto-lei quinhentos e cinquenta e cinco, noventa e nove (D.L.555/99) de dezasseis de

Dezembro (16/DEZ), alterado pelo decreto-lei cento, cento e setenta e sete, zero, um (D.L.177/01) de quatro de Junho (04/JUN). Ora, tratando-se de obra que não está incorporada no solo com carácter de permanência", alínea não sei quantos do diploma citado, "a Câmara Municipal de Borba não detém competência para actuar. Assim, os lesados com a actuação da Adega terão de recorrer aos Tribunais para fazer valer os seus direitos. Dia vinte e oito do dez (28/10)". Mais tarde surge outra carta, em seis de Novembro de dois mil e três (06/NOV/2003), seis de Novembro. Jurista: "Mantenho na íntegra o meu parecer de vinte e oito de Outubro (28/OUT) último. Com efeito, as operações descritas na presente exposição não estão sujeitas a licenciamento municipal, no que concerne ao acidente" - entre aspas - "relatado" pelo senhor Crispim numa outra carta, um, aliás um pequeno abaixo-assinado, "indiciando-se crime de dano a competência para instaurar o necessário procedimento compete ao delegado do Procurador da República da Comarca de Vila Viçosa, a quem os interessados deverão apresentar a queixa. As Câmaras Municipais só têm competências em matérias de lei que lhes compete, que a lei lhes confere, competindo aos Tribunais dirimir conflitos de direito entre particulares e pugnar por processos de crime". Depois, hoje, hoje mesmo, em relação a este assunto, pedi um parecer do técnico da Câmara de Borba. Diz assim, pelo meio já há para aqui outro: - "no que concerne ao entendimento técnico relativo às competências municipais das operações urbanísticas e, no caso em apreço, dos depósitos de vinificação, cumpre informar: 1 - De acordo com a alínea a) do artigo segundo (art.º2.º) do decreto-lei quinhentos e cinquenta e cinco, noventa e nove (D.L.555/99) de dezasseis do doze (16/12), o conceito de edificação define-se como "Actividade ou resultado da construção, reconstrução ou ampliação, alteração ou conservação do imóvel destinado a utilização humana ou qualquer outra construção que se incorpore no solo com carácter de permanência". Ora, não se verificando nenhuma destas circunstâncias no caso em apreço, pode-se concluir que a classificação que se atribui é de equipamento, não sendo da competência para o licenciamento dos municípios. 2 - No entanto, caso os referidos depósitos se encontrem fixados ao solo através do mote construtivo que seja classificado como permanente, como por exemplo laje ou sapatas de betão, verifica-se que então já será da competência municipal o licenciamento dessa operação urbanística" - da sapata, não é do equipamento - "3 - No caso em apreço, a entidade licenciadora das obras, Câmara Municipal de Borba, e a entidade licenciadora da actividade industrial, Direcção Regional de Agricultura, não possuem a incumbência legal que lhes impute a competência para o licenciamento dos referidos equipamentos, nem existe legislação ou regulamentação aplicável para a análise dos mesmos", hoje. Portanto, perante isto que está aqui, perante isto que está aqui, só há uma coisa a fazer, é o Ministério Público. Mais nada. Quer dizer, eu já servi de mediador; já tentei fazer a ponte, mais do que isto, não posso fazer. Perante isto que está aqui, não posso obrigar um técnico a escrever-me aqui que vamos, "Somos obrigados a tirar de lá os depósitos", não é?

O membro Rui Bacalhau : Como o meu amigo Mário diz, aqui é o local para discutir política, mas eu tentava fazer aqui uma abstracção a este local e tentava era resolver os problemas daquelas pessoas que os têm à beira da porta. Por isso não tentava utilizar este assunto que é muito importante e muito delicado para fazer chicana política como a Bancada da CDU já está a querer fazer e o deputado Moura Lopes, já está a querer passar atestados de incompetência ao senhor presidente da Câmara e tudo isso. Abstraiam-se disso, vamos é tentar resolver os problemas daquelas pessoas que isso é que nos preocupa e isso é que nos deve trazer aqui. Como o meu amigo Toy também há pouco dizia, nós todos gostamos de Borba, nós estamos aqui, fomos eleitos pela população para resolver os problemas deles e não para tirar dividendos políticos. Por isso, volto a reafirmar que estou na disposição de colaborar com aquele grupo e devemo-nos abstrair das questões pessoais, das atitudes que o presidente da Adega já tomou ou que não tomou. Devemos é ir para factos e esses factos será a retirada, se assim for possível - não é? - mas a retirada daqueles depósitos porque, de outra forma, aquelas pessoas, com cortinas ou sem cortinas, vão ter sempre o problema junto à porta deles. Um dia pode haver um acidente, e quem vai ficar lesado são todas aquelas pessoas que têm as costas das suas casas viradas para aqueles depósitos. Nesse sentido, faço a proposta que há pouco foi já aqui solicitada pelo o professor Carlos Cabral: "Propomos, para a tentativa de resolução dos problemas envolventes à Adega Cooperativa de Borba, a constituição de um grupo de trabalho com vista à resolução dos mesmos. Este grupo deverá ser constituído por todos os grupos políticos representados nesta Assembleia". Está já assinado pelo senhor António Anselmo, pelo Rui Bacalhau, pelo Mário de Deus, pelo Joaquim Grego Esteves. Não tenho aqui nenhum membro da Bancada da CDU, não sei se estão disponíveis a integrar ou não. De qualquer das formas, entrego à Mesa

esta proposta.

O Presidente da Assembleia Municipal : Muito obrigado. Senhor Moura Lopes, se faz favor.

O Membro Moura Lopes : Vamos lá ver se a gente nos entendemos. Há bocado por expressar uma opinião: "estamos a fazer uma chincana política", quer dizer, será que a gente pode falar aqui, com a maioria do PS, nesta Assembleia ou não podemos? Se não podemos, a gente cala-se e pronto. Estamos aqui e até uma oportunidade em que os borbenses percebam que têm de mudar de voto, pronto. Também não podemos estar calados nessa altura.

O Presidente da Assembleia Municipal : Senhor Moura Lopes, era só para lhe dizer que aqui nesta Assembleia toda a gente foi sempre autorizada a falar e nunca houve obstáculos de qualquer espécie à expressão das ideias.

O Membro Moura Lopes : Da parte do senhor presidente ainda não vi, digamos, tentativas nesse sentido, portanto, e nem sequer acredito que elas possam existir. Mas já vi na Bancada do PS, já vi essas tentativas, aqui nestes três anos que estamos aqui. O senhor presidente da Câmara falou há bocado e bem, falou num caso que foi bastante dramático para Borba, gerou uma morte e depois, a seguir, gerou outra; gerou duas mortes, uma coisa que, se calhar, se resolvia com alguma simplicidade. Agora vamos ver uma coisa, quem tem mais poder institucional, quem é que tem o poder institucional no concelho de Borba? É um membro, um simples membro da Assembleia Municipal? Eu penso que a gente não deve ser também assim tão vaidosos, para chegarmos a esse ponto. Eu penso que a pessoa que tem mais poder institucional numa Câmara e, neste caso, a Câmara de Borba, é o presidente da Câmara, seja ele qual for, seja ele qual for. E o presidente da Câmara - vamos lá ver uma coisa - o presidente da Câmara e eu reconheço, por aquilo que ele disse agora, que desenvolveu trabalho. Pronto, mas eu faço-lhe esta pergunta para terminar: senhor presidente da Câmara, acha que está, está esgotada o diálogo com a Direcção da Adegá Cooperativa? É uma pergunta concreta que eu lhe faço.

O Presidente da Câmara : Acho que sim.

O Membro Moura Lopes : Se está esgotada, também não precisamos de nenhuma comissão aqui da Assembleia. Pronto, eu disse.

O Presidente da Câmara: Já agora, se me permite, eu digo que acho que sim porque se estremaram posições. Há, há cá documentos, há documentos que estão aqui. Pela tentativa que eu fiz de resolver a situação, dá-me a sensação que se estremaram posições. Não me perguntem quem é o responsável por isso. Eu fiz o meu papel, tentei estabelecer a ponte. Houve promessas da cortina; eu percebi desde o princípio que a cortina não resolve o problema das pessoas que fazem o abaixo-assinado. As pessoas querem é os depósitos de lá tirados e a Câmara não tem base legal, de acordo com a informação técnica e de acordo com informação jurídica, para mandar tirar de lá os depósitos e, portanto, em face disto, os Tribunais decidem. Com isto não quero dizer que, não possa, da parte da Assembleia Municipal, alguém que tente ainda fazer outra coisa. Da minha parte, eu penso que, por isto que aqui está, eu não tenho capacidade, não tenho poder para mandar tirar de lá os depósitos. Se, pela via do diálogo, outras pessoas entrarem, muito bem. O que eu acho é que não há hipótese de resolução.

O Membro Filipa Almeida : O Moura Lopes está satisfeito. Eu não estou satisfeita. Naturalmente ninguém está satisfeito aqui. Mas não é um assunto para fazer chincana política, como aqui já foi dito. Aliás, tenho acompanhado este assunto na Assembleia e sei os dados, os conhecimentos que tenho é dos dados que aqui têm vindo à Assembleia, quer por parte dos moradores, quer por parte do senhor presidente da Câmara que tem trazido informação sobre as diligências que a Câmara tem efectuado. Este assunto arrasta-se há um ano; naturalmente é muito tempo para quem vive aquela situação. Por coisas muito mais pequenas os Tribunais já condenaram, já fizeram condenações; por coisas muito, muito mais pequenas, muito mais pequenas e posso dizer-vos, por exemplo, de uma situação que, que conheci há poucos dias que três ou quatro municípios, acho que são três ou quatro - não é este número que aqui está - três ou quatro municípios fizeram queixa da existência do Aeródromo de Évora porque lhes fazia barulho,

às quintas que têm lá e o Ministério Público actuou e está a actuar, e está actuar: está a ouvir actuais eleitos, anteriores eleitos, queixosos e vai, com certeza, decidir alguma coisa. Portanto, por coisas menos graves porque estão muito mais longe das pessoas. Eu estou muito céptica em relação a isto e estou mais inclinada a concordar com o presidente da Câmara do que com as pessoas que acham que é possível ainda resolver pelo diálogo. Eu acho que, por aquilo que tem, que tem aqui vindo à Assembleia, o diálogo está esgotado; por aquilo que tem vindo, mas também, mas também nós não sabemos quando é que outras pessoas, a entrar nas discussões, podem ajudar a resolver situações. Agora, parece-me que o que está aqui não é um conflito de personalidades; não é, não é o facto dos moradores ou do senhor Crispim ou juntamente com o presidente da Adega não gostarem um dos outros; não é isto que se trata. O que se trata aqui é de conflitos de interesses que são contraditórios e são opostos uns aos outros. Os interesses económicos da Adega Cooperativa, que todos nós, de que todos nós gostamos e todos nós gostamos que exista em Borba, mas os interesses económicos da Adega Cooperativa, neste momento, são interesses que são conflituosos com os interesses dos moradores que estão lá perto. E estes interesses não se resolvem com diálogo - na minha opinião - e, portanto, eu acho que não adianta nada formar aqui uma comissão para que o assunto ande mais numa tentativa de diálogo. Acho que, neste momento, não adianta nada. Pronto, acho que não adianta nada. Acho que este assunto deve ir; na minha opinião, se calhar já devia ter ido para os Tribunais e os Tribunais também que, que apure responsabilidades: se há voltas atrás, se, seja o que houver, mas que, que nós não, acho que nós não temos capacidade para isto. Já tivemos capacidade, uma Assembleia Municipal, uma anterior Assembleia Municipal já teve força, mas noutras circunstâncias, para fechar uma fonte de poluição na vila de Borba e o Norberto lembra-se perfeitamente do que eu estou a falar e outros membros da Assembleia. Agora, com esta situação, não me parece que a gente adiante muito e eu acho que isto tem mesmo é que ir para quem tem o poder judicial neste país, que não somos nós. Disse, senhor presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal : Obrigado. Engenheiro Cabral, quer falar?

O Membro Carlos Cabral: Obrigado, senhor presidente. A questão tem que ser preto no branco ou branco no preto. Quer dizer, não é uma questão do parece ou o do que, do que se está a esgotar. O problema é fazer uma última tentativa de diálogo entre uma comissão, etc.. Do resultado dessa, dessa reunião, que pode ser feita rapidamente nos próximos dias se verá se, se a gente vai para Tribunal ou se consegue convencer a Adega a dar um prazo para a resolução do problema. Quer dizer, o que se vai perder são, uma hora de conversa e os passos de quatro pessoas, não é grave. Vale a pena fazer isso, quatro, cinco pessoas. E, logo, quer dizer, o sentido de fazer a proposta é para ter uma força da Assembleia Municipal. Acabou-se. Quer dizer, senhor presidente, penso que o assunto está esgotado; não quereria fazer um ponto de ordem, mas penso que é de passar à votação da proposta. Três dias depois não dá, também não perdemos muito. Qual é, qual é a questão que está em ir ou não ir?

O Membro António Anselmo : É só um bocadinho. E, já agora, concordo perfeitamente com o que diz o Carlos Cabral, é evidente, não é? eu acho que algum membro da CDU devia pertencer a essa comissão; para ver que nenhum deles a subscreveu. Estamos a tempo, vamos lá ver. Não disseram ainda que não, vamos lá ver, vamos ver. Penso que a Filipa ou alguns dos membros da CDU podia subscrever essa proposta. Só isso.

O Presidente da Assembleia Municipal : Faz favor, senhor Moura Lopes.

O Membro Moura Lopes : Vamos lá ver. O Toy Anselmo hoje teve aí intervenções boas, inclusivamente o meu amigo Mário que já é, foi a segunda que teve; a outra foi sobre a saúde. São poucas, mas deviam ser mais e mais amiúde. Anselmo, nesta questão não estamos de acordo e não estamos de acordo por aquilo que o presidente da Câmara disse. Portanto, o diálogo está esgotado, mas vou lançar aqui uma outra ideia para resolver o problema também. Há aqui sócios da Adega Cooperativa, organizem-se, organizem-se e arranjam uma direcção dialogante. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal : Mais alguém quer falar? Bom, eu queria dizer o seguinte. Ouvi pela primeira vez aqui aquele parecer técnico e o ponto número dois (n.º02) que pedi para ler, de facto, é importante. É que nós podemos estar numa situação de uma obra realizada ilegalmente. Eu pergunto: este

assunto já foi discutido em reunião de Câmara?

O Presidente da Câmara : Neste momento, a informação que tenho, senhor presidente, neste momento a informação que tenho é que relativamente aos depósitos junto à Estação - nem sei bem onde é - foi a informação que eu recebi, que apresentaram um projecto e que está devidamente legalizado. Que são um tipo de depósitos diferentes, segundo me disseram, destes; que estes são depósitos, que não têm, que não tiveram O betão como tiveram os outros. Agora, não sei. Quer dizer, tecnicamente não percebo nada disto. E estas situações não são discutidas em reunião de Câmara.

O Presidente da Assembleia Municipal : Portanto, o que eu acho é que a Assembleia tem poderes para nomear comissões, não é? Vamos ver se o plenário concorda ou não com a criação desta comissão que está aqui proposta. Portanto, alguém tem alguma dúvida que a Assembleia pode nomear uma comissão para estudar o assunto? Ninguém tem dúvidas. Portanto, temos o artigo cinquenta e três (art.º53) da lei cento e sessenta e nove (169): "Deliberar sobre a constituição de comissões ou grupos de trabalho para estudos dos problemas relacionados com atribuições próprias da Autarquia, sem interferência no funcionamento e na actividade normal da Câmara". Portanto, iríamos usar este artigo para enquadrar esta proposta. É claro que a comissão, com certeza, falará em primeiro lugar com o senhor presidente da Câmara e inteirar-se-à da situação, e irá depois fazer o que entender, é uma comissão que vai finalmente apresentar o relatório. Entretanto, eu acho que não houve disponibilidade dos outros grupos políticos: um por ausência e outro pelas declarações que já ouvi e, portanto, se não querem, não podem ser obrigados a participar.

O Membro Carlos Cabral: Nada. ninguém os obriga. A proposta será: Ponto 1: Constituição de uma comissão que, em termos de diálogo com a Adega, se aperceba e tente a resolução do problema existente, do litúgio existente entre os vizinhos e a Adega. Ponto 2: Apresentará à Assembleia Municipal um relatório escrito das suas diligências.

O Presidente da Assembleia Municipal : Engenheiro Cabral, gostava de recordar o seguinte, acho que essa comissão não deveria apenas ser mandatada para falar com a Adega; devia ser mandatada para estudar o assunto.

O Membro Carlos Cabral : Senhor Presidente, se me permite. Foi possível chegarmos a acordo, eu vou ler a proposta que depois entregarei escrita à máquina: "Proposta: Face ao abaixo-assinado recebido na Assembleia Municipal de Borba sobre a construção de depósitos de vinho pela Adega Cooperativa de Borba em que um conjunto de munícipes se considera prejudicado, propõe-se: Ponto 1: A construção de uma comissão da Assembleia Municipal de Borba para estudar a questão. Ponto 2: Esta comissão deve desenvolver os encontros e diálogos que achar necessário. Ponto 3: A comissão apresentará à Assembleia Municipal um relatório sobre os trabalhos desenvolvidos. Ponto 4: A comissão é constituída pelos membros da Assembleia Municipal seguintes: António Anselmo, Joaquim Esteves, Rui Bacalhau e Moura Lopes".

O Presidente da Assembleia Municipal : Alguém se quer pronunciar sobre esta proposta?

O Membro Diogo Sapatinha: Senhor presidente, é uma opinião, é uma opinião muito pessoal. Compreendo perfeitamente o problema dos moradores; também compreendo um pouco o problema da Adega que não tem, neste momento, por onde se expandir e, se o Tribunal, porventura, obrigar dali a tirar aqueles depósitos, que não são depósitos, são fermentadores, causará grandes problemas à Adega. Mas não era isso, não era nessa parte que eu queria intervir. Eu queria dizer que acho, pessoalmente que, como a Câmara não tem competência, não tem poderes para intervir neste caso, a Assembleia também não tem e, pessoalmente, duvido muito da eficácia desta comissão, do trabalho que vai surgir desta comissão e, por isso, eu conto, contrariando um bocado o sentido de voto da minha Bancada, votar contra a formação desta comissão.

O Membro Carlos Cabral : Senhor presidente, então, obrigam-me a defender a proposta, quer dizer, eu pensava que isto era uma coisa simples. Evidentemente que nenhum elemento desta comissão vai com um

camartelo partir os fixos e deitar os fermentadores abaixo. Logo, a eficácia da comissão não é para destruição dos equipamentos da Adega; a eficácia da comissão é, face a queixas apresentadas a esta Assembleia Municipal desde há um ano, abaixo-assinados de vários munícipes, existe um problema e é um problema de litígio entre uma instituição de Borba onde muito dos seus habitantes são sócios e um conjunto de moradores que têm todos os direitos a não ser prejudicados, quer dizer, na sua vida diária por uma determinada construção. O que é que se pretende com a comissão? Pretende-se com a comissão que, estudando o assunto, quer da parte da Câmara Municipal, do seu, do licenciamento da obra, quer da parte da Adega, entre em diálogo de modo a possibilitar no futuro e num prazo que seja conseqüente com os interesses dos moradores, a possível mudança ou deslocação dos fermentadores ou arranjar uma solução. Se não for encontrada solução, evidentemente que o problema irá para Tribunal, pronto. Isto resolve-se num prazo de oito a dez dias. É um passo que esta Assembleia Municipal deve dar e não é uma questão de eficácia ou não eficácia da resolução do problema porque a resolução do problema passa por diálogo e boa vontade; se não houver diálogo e boa vontade, evidentemente que o Tribunal resolverá. Agora, evidentemente que uma Assembleia Municipal de uma Câmara, face a queixas de munícipes, face a abaixo-assinados, não pode ignorar, quer dizer, meter-se para debaixo do tapete como se o problema não existisse. É uma tentativa de estudo e de diálogo sobre uma situação que é litigiosa que, se isto traz alguma questão às pessoas não, não consigo compreender. Muito obrigado.

O membro Mário de Deus : Estou contente porque temos um grupo parlamentar do PS desta maneira assim,

O Membro Filipa Almeida : Escancarada.

O Membro Mário de Deus: Aberta. Tenha lá paciência, as palavras escolho-as eu. Aberta, tenha lá paciência. Escancarado, escancarados andam vocês que o centralismo democrático funcionou e o meu amigo teve que recuar mas agora está na comissão. Esta intervenção é só para para dizer que, não estando contente, estou contente. Estou contente pela forma como a discussão aqui se passou. Estou contente porque ficou claro e era isto que eu queria dizer ao meu amigo Crispim, o meu amigo Crispim, o meu primo, o meu parente Crispim, autor destas prosas magníficas, não se canse nunca de fazer prosas destas que a gente lê-as com todo o prazer e com toda a satisfação, assim a gente consiga resolver as questões, mas pronto, a prosa fica sempre importante. O que eu lhe queria dizer é que ele por hoje, pelo que aqui decorreu, já percebeu que não estávamos parados; que isto é que era o drama, isto é que pode ser dramático; é as pessoas terem a sensação de que os órgãos não funcionam. Teve ocasião já de perceber, as voltas que já isto deu, as discussões que nós tivemos entre nós por causa disto. Naturalmente não estamos todos de acordo e cada um - já teve ocasião de ver - cada um reage desta maneira, mas pronto, é mesmo assim, foi assim e isso é muito bom sinal. E depois também não tenho dúvida nenhuma que isto tem que dar o passo fundamental no aprofundamento da Democracia. Os Tribunais servem para o que servem, os poderes estão bem distribuídos, a nossa Constituição tem os poderes bem distribuídos. Há quem tenha poderes executivos, quem tenha poderes legislativos, quem tenha poderes judiciais e o Tribunal aqui penso que não vai ser outra, não há outra possibilidade. Claro que não me ponho agora, não, era o que faltava agora eu tomar partido pelo Diogo Sapatinha ou pelo Carlos Cabral. Deus me livre, são dois, dois camaradas com um brilhantismo irrepreensível e que ambos, com certeza, têm razão, não sei como, mas de certeza que ambos vão ter razão. Vai parar ao Tribunal, é onde isto vai parar, é onde isto vai parar. É onde isto vai ter que parar é no Tribunal, obviamente. Foi o que eu disse da primeira vez, é ir para Tribunal, é para isso que servem os Tribunais, é para isso que as coisas funcionam. O senhor presidente da Câmara também deu-lhe a volta que deu, apontando nesse caminho, mandando isto para Tribunal e tem que ir parar a Tribunal. Penso que não há outro, não há outro caminho. O que se joga aqui tem a importância que tem; todos sabemos que tem a importância que tem. A Adega, se calhar, daqui por quinze dias, daqui por quinze meses, por quinze meses ou por quinze anos, os depósitos vão para outro lado qualquer; falta saber se é daqui por quinze meses, daqui por quinze anos. Portanto, agora vem dizer que vai mudar, com certeza, mas daqui por quinze meses ou daqui por quinze anos mudarão, mas tem que ser o Tribunal a fazer isto. Agora, o meu amigo Crispim que não se canse de fazer estas prosas que eu adoro ler e peço-vos a vocês todos com alguma, especialmente a ti Moura Lopes que andas muito distraído disto, lê-me esta prosa com atenção para saberes como é o português vernáculo e o português que

funciona como deve ser e, pronto, e é isto, penso que é isto que faz, é isto que faz aprofundar a Democracia. A Câmara não é capaz; a Câmara deu as voltas que deu; o presidente deu as voltas que deu; deu esta solução, avança para Tribunal. A comissão não me parece nada mal, é mais uma tentativa. Estou como, estou como diz o Carlos Cabral, é mais uma tentativa, é mais uma possibilidade, estou convencido que não vai dar coisa nenhuma, mas pronto.

O Membro Filipa Almeida : É mesmo uma intervenção muito pequenina, até porque as coisas estão, estão encaminhadas. Eu hoje estou de acordo com o Mário, mas ele não acertou, não conseguiu acertar agora nesta do centralismo democrático: é que eu não vou votar a favor. É que o meu camarada Moura Lopes não me conseguiu convencer. Eu estou como tu, mas não acredito, acho que isto vai mesmo parar a Tribunal e, e pronto, e sem graça nenhuma porque isto, infelizmente, não tem graça. Gosto muito de ler a prosa do senhor Crispim, mas não, isto não tem graça e deve-lhe de custar imenso a escrever estas coisas que são, o sentimento de um profunda revolta e de um mau estar daquela gente toda que ali vive. Acho que isto não vai, não vai dar em nada, mas também não há mal nenhum em se dar mais um passo. De qualquer forma, eu, para ser coerente comigo própria, vou-me abster só por causa disto, porque não acredito que isto adiante nada e eu o que peço a todos os membros da comissão é que, que não se demore muito tempo para que não se atrase mais o processo, porque acho que isto não pode é atrasar o processo.

O Membro Mário de Deus : É só mesmo um segundinho para eu tentar perceber como funciona o centralismo democrático. Já agora, é só o que me está a preocupar. É a Filipa que não vota a favor, foi o Serra que se levantou e veio falar com o Moura Lopes, era o Moura Lopes que dizia que não e agora já diz que sim.

O Presidente da Assembleia Municipal: Depois, lá fora, esclarecem isso. Ora, vamos, vamos passar à votação da proposta. Quem vota a favor da proposta, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém? Obrigado. Está aprovado por maioria, com catorze (14) votos a favor e três (03) abstenções.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Projecto de Regulamento de apoio à conservação e beneficiação de habitações de pessoas carenciadas do Município de Borba.

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar ao ponto três, sete (3.7) - "Projecto de regulamento de apoio à conservação e beneficiação de habitações de pessoas carenciadas do Município de Borba". Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, senhor presidente. Bom, este projecto de regulamento de apoio à conservação e beneficiação de habitações de pessoas carenciadas do município de Borba é um projecto de regulamento que espero a vossa aprovação, há-de dar alguns frutos. Sinceramente, não sabemos ainda se, sobretudo em relação aos limites de rendimento, se será o melhor, o melhor, digamos que o rendimento per capita, se esse é o melhor valor. Causou também entre nós algumas discussões. No entanto, o que me parece que é importante é avançar-se com este projecto e porquê? Porque às vezes deparávamos aqui no atendimento público com uma série de pessoas com rendimentos extremamente baixos e que tinham um problema, que não tinham lá, ou que se estragou a sanita ou que se estragou, enfim, um problema com um cano qualquer em casa e que não tinham dinheiro para o arranjar e que a Câmara tinha sempre dificuldades em ir arranjar obras de particulares. Portanto, isto, no fundo, o que é que se pretende com este projecto? É sobretudo para essas pessoas mesmo com muitas carências, às quais quer o programa Recria quer o programa REABITA não pode, não dão resposta, portanto, a ideia é que a Câmara tenha uma base legal para fazer algumas pequenas intervenções nas habitações dessas pessoas. Portanto, como vêem há apoios que são concedidos ao nível de materiais de construção civil, ao nível de materiais usados no revestimento e ao nível de loiças sanitárias. Portanto, mas como lhes digo, entendemos que o importante era arrancar. Depois, de acordo com as solicitações, nós poderemos, eventualmente, até vir a alterar e a trazer à Assembleia e propor à Assembleia a alteração do rendimento per capita que aqui é previsto, que é inferior a duzentos euros (200), rendimento per capita não superior a duzentos euros. Isto até para evitar que depois houvesse, enfim, um número exagerado de pessoas às quais depois a Câmara também não pudesse dar resposta porque, como sabem, a crise é grande em todo o lado.

De qualquer maneira, entendemos que, a pessoas com muito baixos rendimentos e há pessoas com muito baixos rendimentos, às quais não havia possibilidade de responder, neste momento penso que este é um instrumento que permite dar essas pequenas respostas.

O Membro Luís Nascimento: Eu, de alguma forma, concordo, concordo com esta iniciativa da Câmara, não é? Agora, parece-me que fica, e respondendo um pouco àquilo que o senhor presidente estava a colocar, parece-me que me fica curto em relação às eventuais necessidades que possam ocorrer aqui assim no concelho. E parece-me que fixar um limite de duzentos euros (200) como limite de rendimento para se poder candidatar ou para ser objecto de candidatura a este, a este regulamento, parece-me curto e vou formalizar uma proposta no sentido de se fixar o salário mínimo nacional como o tecto para se poder, de facto, candidatar a este programa, por assim dizer. Tinha também algumas questões a colocar e parece-me que, de alguma forma, já foram agora respondidas pelo senhor presidente, que é, no meu ponto de vista, não está claro; no regulamento não está claro qual é o limite, o limite do valor das obras ou o limite das obras que poderão ser candidatas. Tem aqui um conjunto de materiais, mas não diz qual é o limite das obras que podem ser objecto dessa, dessa candidatura. Tanto que eu tinha posto aqui assim uma nota que era, será preciso um projecto de obras ou não? Se, de facto, é sanitas ou é uma telha ou é uma porta, de facto, isto não carece de projecto de obras. Porque isto não está, não está claro, aqui assim no regulamento, não é? Também tinha posto aqui uma nota que era, se era preciso orçamento ou não, mas estou a ver que também não é preciso orçamento, não é? Para obras desse volume, também não é, não é necessário, não é? Portanto, eu penso que, acima de tudo, era preciso clarificar melhor todo o conteúdo deste projecto ou regulamento e ter também atenção aqui a uma questão que é, não me parece lícito que esteja no número um (n.º1) do artigo quatro (art.º4.º), que é a questão da casa própria ou arrendada. Eu penso que o "arrendada" está a mais porque o senhorio pode ter condições financeiras para fazer as obras, pode ter condições financeiras para fazer as obras ou pode ter, tem outros programas, nomeadamente o Recria, que permitem que, de facto, os senhorios façam obras nas casas arrendadas, não é? Portanto, pode haver outros meios. Eu estou a perceber a Câmara quer certamente substituir-se e resolver o problema desses municípios com a necessidade de beneficiar e conservar as habitações, mas a Câmara, ao substituir-se aos senhorios, está, de facto, a facilitar a vida a quem não quer investir nos seus bens, não é? E acho que isso devia ser, devia ser tido em consideração. Portanto, faço também a proposta de retirar esta menção; a casa arrendada ser uma das hipóteses de ter condições ao acesso ao projecto. E faço aqui uma proposta de alteração que entregava e era isto.

O Membro António Paixão: Senhor presidente, a minha observação não tem a ver com o articulado do presente regulamento, tem mais com uma dúvida que eu tenho aqui, logo no primeiro período e parágrafo também do preâmbulo ou, se serei eu que estou enganado. Se me permite, eu lia e explicava onde é a minha dúvida. "No presente regulamento estão patentes as preocupações do Executivo Camarário com a gradual" recuperação? Será "com a gradual recuperação"? É mesmo "com a recuperação"? Eu pensava que a preocupação seria com a degradação. Está ao contrário. É a mesma coisa, eu entendo que não é a mesma coisa. Estar cá recuperação ou degradação é muito diferente. Se estamos preocupados com a recuperação é uma coisa, se estamos preocupados com a degradação é outra.

O Membro Mário de Deus: Este ponto, este ponto da ordem de trabalhos e o outro que vem a seguir também mereceram da nossa parte, também mereceram da nossa parte ampla e cerrada discussão. Mais uma vez, eu me parece que é uma coisa muito boa, esta preocupação da Câmara por acudir a estas duas questões pontuais, parece-me muito bem. Ficámos todos com a sensação - e o Sá já o referiu há bocado, o senhor presidente da Câmara já o referiu há bocado - ficámos todos com a sensação que se calhar, não tinha ainda bem maduro isto, que não éramos capazes de afinar bem quais são os valores mínimos, portanto, quais são, porque não sabemos quantas as pessoas, não é? Portanto, não se faz a mínima ideia da quantidade de pessoas que poderá vir a ser, ou não ser beneficiada com isto. Em última instância, o senhor presidente da Câmara reforçou, e muito bem, que temos também que ter algum cuidado com os montantes que isto vai envolver, não é? A vontade de ajudar, a vontade de cooperar e de desolucionar algumas questões, ela está cá. Agora, o dinheiro é que parece que não está. Portanto, eu não estou na disposição de votar proposta nenhuma no sentido de alterar os montantes porque nós tivemos ocasião já de discutir isso bem, de ver isso bem e ficou-nos a preocupação clara de que, sem saber bem do que estávamos a falar, da

realidade que estamos a falar, quantas pessoas vão entrar nisto; que montante é que isto vai envolver; se a Câmara pode ou não no próximo ano já gastar esse dinheiro; sem sabermos isso tudo, portanto, com essas incógnitas todas era perigoso aumentarmos os valores. Tivemos essa discussão, tivemos essa conversa, fizemo-la o mais aberta possível; portanto, eu não estou na disposição de votar proposta nenhuma que altere os valores exactamente por isso.

O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado. Bom, aliás, eu comecei por dizer exactamente que nós, mesmo entre nós, houve algumas dúvidas em relação a este regulamento. Ou seja, eu queria dizer o seguinte: o que eu quero dizer é que nós recorremos aos vários organismos oficiais para nos tentarem dar informação quer em relação aos limites da reformas, quer em relação ao número de pessoas que eventualmente existissem no concelho a receber esse tipo de reformas e, depois os dados é sempre muito complicado de recolher. Já em relação à droga foi exactamente a mesma coisa. Quer dizer, é sempre, é tudo muito sigiloso, é tudo muito escondido, leva sempre tudo muito tempo a responder e, então, achámos que não devíamos estar mais tempo à espera. Porquê? Porque frequentemente nos aparecem as pessoas; vamos lá ver, o que se pretende com este tipo de regulamento não é fazer obras grandes nas casas das pessoas, para isso há o Reabita e há o Recria. São aquelas pequenas reparações que nos aparecem: é a sanita que se partiu, é uma goteira que está lá, não sei o quê, quer dizer, uma coisa desse género. Claro que isso carece sempre de uma informação técnica de um técnico que vá verificar o que é que se está a passar, que nos faça um orçamento e depois nós decidiremos em função daquilo que aparece, mas, de qualquer maneira, não estamos a falar nunca aqui de obras de grande montante. Depois, pensamos que é de avançar e ver o que é que vai aparecer e, se for caso disso, até em Fevereiro trazemos já um alteração ao limite que aqui está, à próxima Assembleia. Portanto, entendemos que é importante para resolver algumas destas pequenas situações que aí aparecem. Sei lá, pessoas, por exemplo, que passaram a vida inteira até setenta, oitenta anos e que não têm uma casa de banho. É no mínimo, preocupante. Achamos que, pelo menos, essas pessoas devem ter direito a tal e, portanto, é nesse sentido que aparece, que aparece este tipo de regulamento. Sempre conscientes, sempre conscientes que poderá eventualmente ter lacunas e sempre conscientes de que o limite se calhar é capaz de não ser o melhor, mas, a partir do momento em que ele entrar em vigor e que nós começemos a ter feedback, imediatamente faremos uma proposta no sentido de alterar o valor, se for caso disso. Portanto, neste momento, não estamos muito na disposição e como vos digo houve, entre nós, alguma discussão em torno deste assunto, quer em relação a este, quer em relação ao outro a seguir, não é? Mas achamos que pelo menos, devemos avançar porque, depois de avançar, há hipótese sempre de ir melhorando porque a ideia é melhorar. Claro que o nosso objectivo não era fazer só isto, era ir muito mais além. Por exemplo, aquilo que o deputado Luís Nascimento dizia há bocado, que há programas para os senhorios. Efectivamente há; o problema é que há aí muitas situações em que os senhorios têm lá um pequena goteira em que as pessoas pagam vinte escudos ou trinta escudos de uma renda de casa e que o senhorio se nega a ir fazer aquilo, e aquilo também é uma coisa tão pequenina que, à partida, quer dizer, a Câmara pode resolver. Se calhar, com um pedreiro dos nossos se resolve aquilo rapidamente e de outra maneira não podia fazê-lo. Portanto, é uma forma de tentar legalizar algumas coisas que se calhar, até nalgumas situações, já se vinham fazendo. Relativamente àquilo que o Paixão dizia, portanto, o que nós pretendemos aqui dizer aqui é "preocupações do Executivo Camarário com a gradual recuperação das habitações sem condições mínimas de habitabilidade que, não sendo dignas do nosso tempo".

O Membro Luís Nascimento : Quer dizer, a CDU não tem vergonha nenhuma de dizer que esteve no poder durante o tempo que esteve e se não fez, foi porque ou não se lembrou ou então não teve capacidade para o fazer. Não temos, de facto, dúvida nenhuma em relação a isso. Agora, parece-me que a proposta que aí está e que foi feita é uma proposta que pretende, de facto, ajudar, ajudar a encontrar as melhores soluções para o caso, não é? Nós poderíamos não intervir sequer neste ponto e deixar que o projecto fosse aprovado como está, mas nós entendemos que deveríamos melhorar, no nosso entendimento, o documento que foi presente. É só esta questão.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Nascimento, eu não vejo como é que isto pode ser feito. O presidente da Câmara tem interesse em ficar com este regulamento, com estas considerações, para pensar e poder alterá-lo de futuro.

O Membro Luís Nascimento : Pode ser uma proposta de alteração.

O Presidente da Assembleia Municipal: Pode ser uma proposta de alteração. Uma vez aprovada, altera o regulamento. O senhor presidente da Câmara já manifestou que não concorda com a alteração. Pronto, e agora a Assembleia pode não concordar. Está a ver? Ora bem, e o que eu estou a dizer é, como contém matéria válida para análise, em vez de ser uma proposta possivelmente reprovada, ser um documento que possa servir para ser utilizado para estudo (recomendação).

O Membro Filipa Almeida: Vamos lá ver, isto é uma proposta de alteração ao regulamento; é uma proposta de alteração a um projecto de regulamento que aqui vem. A Câmara tem competências para apresentar projectos de regulamento e a Assembleia tem competências para os aprovar, mas pode alterá-los. Portanto, aqui não se trata de documentos em que a Assembleia não pode introduzir alterações nos documentos. Aqui qualquer membro da Assembleia pode fazer uma proposta e a Assembleia pode alterar propostas do regulamento que a Câmara traz aqui. Pode alterar, senhor presidente. Pode, pode alterá-las.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mas eu não tenho dúvidas nenhuma que pode alterar. A minha questão é que a proposta tem matéria válida, mas que o Plenário pode recusá-la como proposta de alteração global.

O Membro Filipa Almeida: Essa proposta que está em cima da mesa vai ser rejeitada pela maioria, pronto. Suponhamos, quase de certeza, vai ser rejeitada; vai ser votada, vai ser rejeitada. É evidente, não é, não entra neste regulamento. Este regulamento há-de ser aprovado com a versão que aqui vem, por parte da Câmara, sem inclusão dessa proposta. Agora, não é proibido - e não era a primeira vez que isso acontecia - que, mais tarde, a maioria que rejeitou as propostas, mais tarde, as vem a introduzir. Também não é a primeira vez que isso acontece. Também não é novidade, isto nem é virgem; já aconteceu na Câmara, já aconteceu na Assembleia Municipal. Portanto, se acontecer, é só mais uma vez. Agora, a Assembleia vai votar, com certeza, por maioria contra esta proposta. Mas esta é uma proposta que nós mantemos de alteração a este regulamento, a este projecto de regulamento.

O Presidente da Assembleia Municipal: Obrigado. Senhor Moura Lopes. Faz favor.

O Membro Moura Lopes: Ora, hoje a Assembleia até nem tem corrido muito mal, mas o senhor presidente da Câmara ainda não assimilou o cargo que tem. Sabe que o seu cargo é um cargo para representar os munícipes do concelho e vou-lhe ensinar uma coisa que devia ter aprendido na Universidade, mas não me importo de lhe dizer isto: quando se resolve um problema, outros problemas surgem. Resolve-se uma situação, outras situações surgem. Isto para lhe dizer o quê? A CDU esteve uma série de anos nesta Câmara, resolveu alguns problemas, não os resolveu todos. O PS também não os vai resolver todos. Nem nós, que estamos aqui nestes próximos dez anos, vinte anos, não vamos resolver os problemas todos. A gente deve, deve assumir, cada um faz o que pode e eu estou de acordo aqui com o Toy que falou há bocado, porque não estamos aqui porque uns gostam mais de Borba que outros. Agora, uns podem ser mais inteligentes que outros ou uns podem ser mais trabalhadores que outros, mas isso deixamos aos outros para julgar. O senhor presidente faz muita propaganda sua. Acho que faz propaganda, faz mais propaganda do que trabalho, senhor presidente. Disse.

O Membro Carlos Cabral: Senhor presidente, é sobre o método de votação que eu quero falar. Se a proposta da CDU for entendida como uma proposta de alteração ao regulamento, tem que se votar primeiro o regulamento e segundo a proposta de alteração porque não há propostas de alteração a regulamentos que não existem. E por isso, o método de votação; se é uma proposta de alteração ao regulamento, vota-se o regulamento e depois a proposta de alteração.

O Presidente da Assembleia Municipal: Nós não estamos aqui ainda com nenhum regulamento, estamos com um projecto de regulamento. Se nós aprovarmos este projecto, é que ele passa a regulamento. Portanto, enquanto estamos em projecto, podemos fazer alterações. Rui Bacalhau, faz favor.

O Membro Rui Bacalhau: Era também um pouco sobre isto. Eu penso que o senhor presidente já demonstrou vontade em melhorar a proposta que aqui está. Isto é uma iniciativa que a CDU tomou e que, muito bem, já teve a discussão no seio do grupo do PS; não houve concordância total e apresentámos aqui esta proposta. Agora, eu penso que isto deveria vir a votação e o próprio presidente da Câmara que já mostrou interesse em melhorar a proposta que aqui apresentou, no futuro, poderia incluir alguns pontos desses, independentemente de ser votada favorável ou não favorável. Como a doutora Filipa disse e muito bem, provavelmente a votação da proposta da CDU vai ser rejeitada, não é? Mas poderá ser melhorada, poderá contribuir para a melhoria desta que a Câmara apresentou agora e que o presidente disse e bem, estamos sempre a aprender e sempre a melhorar.

O Presidente da Câmara Municipal : É só para dizer ao senhor deputado Moura Lopes que eu, felizmente, sou daqueles que sou defensor da aprendizagem ao longo da vida e às vezes entendo, e entendo que às vezes se aprende muito mais cá fora do que nas Universidades. As Universidades são um instrumento que serve para as pessoas se desenrascarem. E estamos de acordo que, realmente, nem toda a gente pode fazer tudo, mas eu esperava era daí um louvor a esta Câmara Municipal e a esta Assembleia Municipal - não é? - que traz aqui um projecto, aliás, dois projectos de regulamento que outros não tiveram coragem de trazer. É só isso, mais nada. Eu, até já fui acusado de vaidoso em tempos que já lá vão por alguns que não tinham razão, porque uma das coisas que eu não sou nem nunca fui é exactamente isso. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, mantém o projecto, senhor presidente da Câmara?

O Presidente da Câmara Municipal: Sim, sim. Mantenho. Eu não o posso retirar.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, não há mais inscritos e nós temos aqui uma proposta de alteração do projecto. Vamos votar.

O Membro Moura Lopes: Senhor presidente, dá-me licença que eu dê um contributo para ajudar? Eu penso que deviam votar as duas em conjunto e fundirem-se as duas propostas. É a minha proposta.

O Membro Carlos Cabral: Senhor presidente, desculpe a minha insistência, mas é o seguinte: o que eu tenho sobre a mesa, apresentado pela Câmara Municipal, é um projecto de regulamento de apoio à conservação e beneficiação de habitações para ser votado e tenho, vinda desta Assembleia Municipal, que é um projecto de alterações a este regulamento. É o que tenho em cima da mesa. Bom, só pode haver uma votação de um projecto de alterações a um regulamento quando o regulamento existe. Se eu voto o projecto de alterações antes, voto sobre quê? Porque ainda não existe regulamento porque não foi aprovado pela Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos ver se também analisamos esta situação. Nós temos um projecto apresentado pela Câmara à Assembleia. É um projecto. A Assembleia agora pode aprová-lo, quando a Assembleia aprovar, este projecto acaba e passa a regulamento. A Assembleia delibera e fica um regulamento. Portanto, na fase de projecto, que têm na mão, nós estamos a falar sobre ele e estamos, portanto, a decidir o que é que se há-de fazer a esse projecto. Até pode ser reprovado; até podem ser aprovadas alterações por indicação da Assembleia. Nesse caso devolve-se o projecto à Câmara para considerar as alterações se assim o entender. Portanto, nós temos um projecto, existem membros que querem propor alterações a esse projecto; é o que eu tenho aqui: proposta de alteração ao projecto de regulamento e, portanto, no meu entendimento, esta proposta de alteração ao projecto seria votada. Se for aprovada, ela constitui a alteração desse projecto proposta pela Assembleia.

O Membro Carlos Cabral: Senhor presidente, não estou de acordo consigo e vou expressá-lo, tentar expressá-lo. Vamos lá ver, se seguimos o método que o senhor presidente propõe, nós não vamos votar o regulamento apresentado pela Câmara. Vamos votar um regulamento transformado por uma proposta de alteração, se ela for aprovada. Portanto, temos um projecto apresentado pela Câmara de um regulamento e temos um outro que é um projecto alterado pelas alterações propostas. Se eu voto primeiro as propostas de alteração e se elas forem aprovadas, quer dizer, o que é que eu vou votar a seguir? é um regulamento alterado. Logo, não vou votar a proposta inicial que veio a esta Assembleia. A proposta inicial que vem na

Ordem de Trabalhos distribuída nesta Assembleia é um regulamento apresentado pela Câmara. A segunda proposta, e tem importância aqui a ordem de entrada das propostas - é a alteração da primeira proposta apresentada pela Câmara. Logo, eu só posso alterar um regulamento depois de ele existir, se for uma proposta de alteração como foi apresentada pela Mesa e pelos senhores subscritores. Logo, parece-me que é a sequência lógica, o seguinte: eu voto a proposta que me vem na Ordem dos Trabalhos e voto a seguir a proposta de alteração. Em alternativa, o que o membro da Assembleia Municipal Moura Lopes disse, há bocado, poderia ter razão se votássemos em alternativa dois regulamentos diferentes: um apresentado pela Câmara e o outro transformado pelas propostas de alteração porque são dois regulamentos diferentes. Como me parece que devemos seguir a ordem lógica de entrada das propostas. Primeiro: votamos o projecto de regulamento, passa a regulamento. Segundo: votamos as propostas de alteração a esse regulamento. Isso é que me parece mais lógico e discordo do seu ponto de vista.

O Vereador Serra Silva: Não, não. Vou descrever diferente e vou procurar só tentar clarificar algumas coisas. A Câmara aprova um projecto de regulamento. De acordo com o código do procedimento administrativo, tem que o colocar à discussão pública. Depois deveria ter avaliado o resultado da discussão pública e, face à discussão pública, poderia ter ou não introduzido alterações de acordo com as sugestões ou reclamações apresentadas pelos possíveis interessados. Pronto, essa fase, na Câmara, não passou; deveria ter passado. Depois, o projecto de regulamento vem à Assembleia como uma proposta para que todos os membros se possam pronunciar sobre ele e fazer também propostas de alterações e sugestões para melhoria do regulamento e o regulamento volta à Câmara para avaliar essas sugestões ou alterações e aprová-las ou rejeitá-las e depois manda para publicação em Diário da República. Agora, o que temos aqui é uma proposta da Câmara: se a Assembleia toda concordar com ela, não fazer propostas de alterações nem sugestões, isto vai à Câmara; não houve propostas de sugestões ou alterações, segue para publicação. Se houver, esta mesma proposta, sobre a qual pode haver propostas de alteração, têm que ser avaliadas pela Câmara e têm que ser de novo trazidas à Assembleia para serem introduzidas ou não pela Câmara. Agora, é sobre a proposta que está em causa que pode haver ou não alterações porque se fôssemos fazer aquilo que o engenheiro Cabral está a dizer, a Câmara tinha que trazer, ela própria, primeiro uma proposta de alteração ao regulamento, está a ver? Tinha que deixar publicar o regulamento, porque ele depois só é eficaz depois da publicação em Diário da República, para depois poder introduzir alterações e então o percurso continuava da mesma maneira: vinha da Câmara para a discussão pública, para a Assembleia para ser introduzido. Pronto.

O Membro Carlos Cabral : Quer dizer, qual é o trâmite processual que implica a apreciação aqui?

O Vereador Serra Silva: É que aquela proposta seja colocada à votação também por esta Assembleia porque - vamos lá ver - o que vai à Câmara, o que vai à Câmara para a Câmara analisar é o resultado desta discussão. Se do resultado da discussão nasceram cinco ou seis propostas, se todas forem rejeitadas, o regulamento mantém-se na mesma. Se a Assembleia as aprovar, então a Câmara tem que, sobre essas propostas, se debruçar para ver se as integra ou não.

O Membro Carlos Cabral: E qual é a ordem de votação?

O Vereador Serra Silva : Só há uma ordem de votação, é sobre todas as propostas que forem feitas de alteração ao documento. A proposta que vem da Câmara votada em primeiro lugar, só se não houver nenhuma alteração, mas se houver alterações, são votadas todas as alterações à proposta. Por exemplo, a CDU tem uma proposta de alteração aos artigos tais e tais e tais e a proposta é muito concreta, é só sobre aqueles artigos. Se a Assembleia estivesse de acordo com as alterações daqueles artigos, propunha à Câmara que alterasse aqueles artigos.

O Membro Filipa Almeida: Ó senhor presidente, eu acho que isto é uma discussão muito grande para uma questão processual, mas eu sinceramente, não percebo estas dúvidas porque isto, em todas as Assembleias, sempre foi assim. As propostas de regulamento podem ser objecto de propostas de alteração por parte de qualquer membro da Assembleia e o que é discutido e votado são as propostas de alteração. E é como o vereador Serra disse, só depois de votadas as propostas de alteração é que o regulamento volta à Câmara. É como o senhor presidente disse, o senhor tem razão. Mas o que veio da Câmara é um projecto,

é um projecto de regulamento que se tornará regulamento depois de ser aprovado por esta Assembleia. Tudo bem, estamos de acordo. Mas, sobre esse projecto de regulamento, pode haver propostas. As propostas são votadas, se forem aprovadas, como elas são muito concretas e têm que ser artigo por artigo e estão aqui. Artigo por artigo, quer dizer; têm que ser muito concretas sobre os artigos. Está aqui uma proposta de alteração e a Assembleia vota contra esta proposta de alteração e o que volta para a Câmara é o projecto de regulamento que passa então a regulamento e que volta à Câmara, se for aprovado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, a Mesa, por maioria, decidiu que vai pôr a proposta da CDU à votação. Quem vota a favor da proposta? Faz favor de baixar. Quem vota contra? faz favor de levantar o braço. Quem se abstém? Portanto, a proposta não está aprovada por doze (12) votos contra, e quatro (04) votos a favor e uma (01) abstenção. Agora vamos passar à votação do projecto. Quem vota a favor do projecto, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem, quem vota contra o projecto, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Está aprovado por maioria: treze (13) votos a favor e quatro (04) abstenções. Eu vou fazer uma declaração de voto que é a seguinte: acho incorrecto - e volto ao princípio da conversa - que se alguns elementos que estão nesta proposta de alteração válidos, que a Câmara os utilize no futuro. Terminei. Agora, peço autorização aos eleitos da CDU, para passar esta proposta reprovada para a Câmara Municipal. Muito obrigado.

O Membro Carlos Cabral: O método de votação utilizado inibiu-me de poder, face à proposta da CDU, votar alguns artigos com os quais concordo porque, no meu entendimento, eu não posso votar alterações de um regulamento que não existe. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: O regulamento ainda não existe; ainda não existe regulamento nenhum. No entendimento da Mesa, é assim: ainda não existe regulamento nenhum. Quando este projecto aprovado regressar à Câmara é que passa a ser um regulamento.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Projecto de Regulamento do Cartão Municipal do Idoso.

O Presidente da Assembleia Municipal: Agora vamos passar ao ponto três, oito (3.8) - "Projecto de Regulamento do Cartão Municipal do Idoso". Alguém se quer inscrever sobre este assunto? Faz favor. Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento: Portanto, estamos na presença de outra iniciativa municipal que também, naturalmente merece, pelo menos, o meu apoio, não é? Porque visa resolver alguns problemas ou minimizar alguns problemas das pessoas mais idosas e mais carenciadas. Agora, contudo, há aqui alguns reparos que eu quero fazer porque considero, à semelhança do projecto anterior, considero este projecto também um projecto curto. Em primeiro lugar, penso que reduzir a sessenta por cento (60%) do Salário Mínimo Nacional a possibilidade de ser atribuído o Cartão Municipal do Idoso põe de parte, logo à partida uma grande e significativa parte - por assim dizer - de pessoas carenciadas do concelho. Depois, penso que há aqui, isto depois vai ser consubstanciado através de uma proposta de alteração que é no artigo sexto (art.º6.º), alínea f), acho que isto é uma, uma redundância, por assim dizer, que é o acesso a iniciativas e programas para a terceira idade promovidas pela Câmara Municipal. Portanto, tem acesso a estas iniciativas quem tem o Cartão de Idoso. Se o cartão é para o idoso, se não tiver o Cartão de Idoso, não pode ir, não pode ir a iniciativas municipais para idosos? Quer dizer, isto está assim um bocado estranho, não é? Depois, em relação aos benefícios a auferir, propúnhamos também que na alínea e), onde está vinte e cinco por cento (25%) de pagamento das taxas de licenças emitidas pela Câmara Municipal, passasse também para cinquenta por cento (50%) à semelhança das duas alíneas anteriores e que fosse introduzido uma nova, uma nova alínea em relação aos benefícios a ser auferidos pelos beneficiários do cartão que é: "O Cartão Municipal do Idoso garante aos beneficiários uma comparticipação de cinquenta por cento (50%) na parte que cabe ao utente aquando da aquisição, mediante receita médica, de medicamentos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde. Este apoio aos beneficiários do Cartão Municipal do Idoso concretiza-se mediante protocolo a celebrar com as farmácias do concelho de Borba que adiram ao projecto". Depois, é só mais uma dúvida e no sentido de procurar esclarecer melhor este projecto de regulamento, que é no número dois (n.º02), alínea a), diz "serem pensionistas e reformados ou carenciados sem meios de subsistência". O que é que quer dizer este "sem meios de subsistência"? O que

é que isto quer dizer? "Sem meios de subsistência" é sem, sem pensão, sem reforma? Bem, mas se é para pensionistas e para reformados ou "carençados, vírgula, sem meios de subsistência", há aqui alguma coisa que não se percebe, não é? Eu não sei se existem pessoas sem meios de subsistência,

O Presidente da Câmara Municipal: Há.

O Membro Luís Nascimento: Porque há o Rendimento Mínimo Garantido. Agora, o Rendimento de Inserção. Não sei se há,

O Presidente da Câmara Municipal: Há. Garanto que há.

O Membro Filipa Almeida : Mas, assim já percebo.

O Presidente da Câmara Municipal: Ainda hoje até vi um, veja lá. Hoje? Ontem.

O Membro Luís Nascimento: Sim.

O Membro Filipa Almeida : Então, mas faz falta aí um "ou". Se é isso, faz falta,

O Membro Luís Nascimento: Era, de facto, era esclarecer melhor aqui assim este articulado. E penso que era isto e entregava por escrito, de facto, a nossa proposta de alteração a este projecto de regulamento.

O Membro Carlos Cabral : Bem, era só para dar uma informação sobre a questão. Em dois mil (2000) havia cerca de quatrocentos e vinte e sete mil (427.000) beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido. Os dados, pela primeira vez, do Rendimento Social de Inserção foram publicados anteontem, no site do Ministério da, que agora se chama da Criança, neste momento, há cinquenta e sete mil (57.000) no país. De quatrocentos e vinte e sete mil beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, neste momento, há cinquenta e sete mil beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Logo, quer dizer, houve, por alterações de política, centenas de milhares de pessoas excluídas do Rendimento Mínimo Garantido.

O Presidente da Câmara Municipal : Aqui tenho que fazer algumas observações. Este projecto, tal como o anterior - aliás, eu comecei por dizer isto - também tivemos longas discussões sobre ele e também tentámos recolher dados que não obtivemos e também equacionámos a questão das receitas médicas, mas depois também achámos que têm questões aqui que podia eventualmente envolver verbas para as quais, neste momento, a Câmara também não tem disponibilidades económicas. Portanto, continuamos a entender também que este é um projecto de regulamento a melhorar ao longo dos tempos. Também não fazemos ideia quantas pessoas vão ter direito a ele e também, tal como o anterior, também estamos dispostos a trazer a alteração logo que tenhamos algum feedback. Mas deixem-me voltar-lhe a dizer, que realmente, e aqui eu tenho de dizer, porque aqui - o Moura Lopes que me perdoe, mas aqui eu tenho que dizer - eu era presidente da Assembleia e todos os dias aqui o meu vereador Artur, desculpem o termo, me entupia os ouvidos com as Assembleia Municipais a reclamar o Cartão do Idoso; o Cartão Municipal do Idoso que nunca tiveram coragem de pôr em prática e aqui, se o outro não era, se o outro não era reclamado, este era um que era reclamado pelo Partido Socialista enquanto nós estivemos na Oposição e temos muita pena de só o trazer neste momento. Achámos que nos atrasámos pelo menos um ano. Mas, de qualquer maneira, também precisamos agora de tentar ver o que é que vai acontecer quando lançarmos o produto, digamos. Ver o que é que, em termos de feedback, quantas pessoas vão ter direito, ter direito a ele porque ninguém, nos organismos oficiais nos prestou informação, mesmo este limite que aqui está, resultou de algumas consultas que fizemos junto da Segurança Social e esta foi uma das propostas que nos foi apresentada, que achavam bem assim, mas que podiam eventualmente ser ligeiramente superior. Optámos por esta. Não quer dizer que não possamos trazer depois uma alteração. Agora, em relação aos medicamentos, neste momento, penso que não é possível e essa foi a nossa decisão. Neste momento, não achámos que não estávamos em condições porque isso envolvia verbas muito mais significativas e penso que a Câmara não está em condições de fazer isso em termos económicos neste momento.

O Membro Filipa Almeida: Isto era, era óptimo que, quando uma força política sai do Poder Autárquico,

deixasse as obras todas feitas, as iniciativas sociais todas concretizadas, deixasse tudo pronto. Isto já é dito tantas vezes: "Bem, mas vocês não fizeram, mas porque é que, se vocês tivessem feito" - já foi dito hoje aqui - "Se tivessem feito isto e aquilo e o outro, não estávamos hoje nesta situação". Pois, provavelmente vocês não estavam aí. Se nós tivéssemos feito tudo, se calhar vocês não estavam aí. Se calhar, estavam outros ou estávamos nós, não é? Os que se candidataram à Câmara. É que o senhor presidente traz propostas - muito bem, acho muito bem - estas propostas não são nem as propostas da Câmara destes dois, destas duas matérias, uma acabada de votar e a outra agora em discussão, nem estas propostas são inéditas em Borba, nem as nossas propostas de alteração são inéditas. Estes regulamentos, com ou sem participação nos medicamentos, estão em vigor em vários concelhos até com forças políticas diferentes, dirigidos por forças políticas diferentes. Uns dirigidos pela CDU, outros dirigidos pelo PS e estão em vigor, estão a funcionar. Não me pergunte que verbas é que envolvem porque eu, isso não sei, mas estão a funcionar e no Alentejo. Portanto, quando fazemos propostas, fazemo-las com, enfim, com, neste caso, propostas de melhoria do regulamento e também discutimos entre nós, se havemos de fazer, se é oportuno, se é realista e quando discutimos se é realista, chegamos à conclusão que eles estão a funcionar. Portanto, estes regulamentos, com esta questão dos medicamentos, que é uma questão muito séria para os idosos, é dos pesos financeiros maiores para os idosos e se nós falarmos com um farmacêutico, com quem tenhamos confiança, ele pode-nos abrir um bocadinho a manta e mostrar-nos muitos, muitos dos problemas que lá tem, muitos dos problemas que existem aí. Muitos, muitos, muitos idosos, muitos dos nossos idosos vão às farmácias e aviam um medicamento; escolhem eles, dentro dos que o médico lhe receitou, escolhem eles aqueles que acham que lhe fazem mais falta. Portanto, isso é uma necessidade e as necessidades não se resolvem todas de um momento para o outro e não se resolvem todas num mandato. O senhor presidente também já ouviu isto hoje, não vai conseguir resolver os problemas todos do concelho. E sobre este projecto de regulamento, já disse que considera que a Câmara não tem condições, considera que a Câmara não tem condições para ir mais além. Está no seu direito e a Câmara está no seu direito, a maioria está no seu direito. Agora, nós também estamos no nosso direito de fazer propostas de alteração e já ouvi aqui várias vezes a mesma, a mesma frase esta noite que me dá vontade, apesar de já estar muito cansada, dá-me vontade de dizer assim, o senhor presidente diz: "Nós", e os eleitos do PS dizem: "Nós já discutimos muito isto dentro do Partido Socialista". Pois, mas nós não somos membros do Partido Socialista. Nós ainda não tínhamos discutido. Portanto, se quiserem que a gente discuta antes de irmos para as Assembleia, têm que nos convidar para as reuniões do PS para nós podermos discutir convosco antes de irmos para aqui porque senão, tem que ser aqui e, como vocês dizem, este é o lugar da Democracia, esta é uma expressão que é muito utilizada, não é? Pois. A gente também não se oferece para se transferir, mas, mas estamos a conhecer, estamos a conhecer uma proposta, estamos a fazer propostas sérias; a maioria tem todo o direito de as rejeitar como fez à outra anterior e até sabemos que podem vir a inclui-las em futuras alterações a este regulamento. Mas, por favor, senhor presidente, se for possível, eu sei que não está na sua mão impedir a discussão, nem limitá-la, mas eu penso que isto também vai ter o mesmo fim do outro. Pronto, tudo bem. Nós estamos de consciência tranquila.

O Membro Rui Bacalhau : Eu gostava de começar por louvar esta iniciativa, mais uma da Câmara Municipal. Penso que era uma coisa - como o senhor presidente acabou de dizer - era uma coisa que já devia ter vindo. Chegou agora a altura de ser apresentado à Assembleia e de se tornar, de facto, mais um instrumento para poder beneficiar algumas pessoas. Efectivamente, é uma proposta que é aquilo que se pode arranjar agora. Efectivamente, a Câmara e a Bancada do Partido Socialista também certamente queriam mais coisas; queriam, gostariam de ter aqui também medicamentos; gostariam de ter aqui muitas outras, só que pelo ponto que começámos logo a discutir, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, tem que haver decisões e tem que haver opções. Se, há pouco, estivemos aqui a discutir que não há dinheiro, que tem que haver algum cuidado, inclusive, até foi usado o exemplo: se passa um cheque cem contos, vai ao Banco, esse cheque de cem contos não tem cobertura, das duas, uma: ou é devolvido ou então, ou então hipoteca-se ou algo parecido. Mas isso, o Serra também sabe isso, sabe pouco disso, porque o Serra, pronto, em trabalhos desta coisa, sempre trabalhou em Autarquias e nas Autarquias o dinheiro vem do Estado e custa pouco a arranjar, mas, enfim. Voltando aqui - isto é um aparte; é só uma consideração até daquilo que o Serra tem feito - mas voltando para aqui, estas propostas da CDU, eu penso que a Câmara tem que as levar muito a sério porque são propostas que, embora já tenham sido

discutidas por nós ou algo parecido, mas são propostas que, no futuro, quando houver possibilidades, têm que ser incluídas com toda a certeza. O que está em causa é o bem-estar da população de Borba e, nesse sentido, a Câmara não pode fechar-se às propostas que venham de outras Bancadas, até da própria população porque tudo quanto seja para enriquecer este regulamento, eu penso que a Câmara terá que aceitar propostas futuras. Já foram aqui falados números, com estes sessenta por cento (60%), não sei se sabem, mas, com dados do dia um de Dezembro de dois mil e quatro (01/DEZ/2004), existem cerca de dois milhões e seiscentos mil (2.600.000) reformados em Portugal, isto corresponde a vinte e cinco por cento (25%) da população portuguesa. Depois há a parte do regime contributivo e o regime não contributivo. Vamos ali para uma primeira parte, aqueles que têm menos de quinze (15) anos de descontos que são os que ficam abrangidos por isto, além dos outros todos que não têm qualquer tipo de rendimento, mas os que têm menos de quinze anos são quatrocentos e setenta e três mil seiscentos e trinta (473.630). Provavelmente, no próximo ano, estaremos aqui, ou numa próxima Assembleia, estaremos aqui a discutir: "Senhor presidente, este número que apresentou para Borba não é suficiente. Vamos ter que aumentar de sessenta (60), para setenta por cento (70)". Isso a Câmara terá que analisar muito bem porque tem que também ver onde é que vai buscar as receitas para fazer face a isto, que as iniciativas são todas elas muito engraçadas, mas depois têm que ter, têm que ter cabimento orçamental, sob pena de se dar mais um flop e a Câmara continuar o seu endividamento. Neste sentido, gostaria de reforçar e de louvar a iniciativa da Autarquia que já, com certeza, vai resolver, não resolver na totalidade, mas vai ajudar algumas pessoas a melhorar o seu dia-a-dia e nomeadamente os mais necessitados, que são os que estão aqui abrangidos. Tenho dito.

O Presidente da Assembleia Municipal : Mais alguém se quer pronunciar? Então, passávamos à votação da proposta de alteração apresentada pelos eleitos da CDU. Quem vota favoravelmente, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Portanto, a proposta não foi aprovado por maioria com onze (11) votos contra, 4 votos a favor, e duas (02) abstenções. Vamos passar à votação do projecto apresentado pela Câmara Municipal. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Muito obrigado. Aprovado por maioria, com treze (13) votos a favor e três (03) abstenções.

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal: Ponto três, nove (3.9) - "Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira". Passava a palavra ao senhor presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, senhor presidente. Bom, desta vez, fizemos ligeiras alterações, penso eu, e satisfizemos algumas solicitações. Relativamente ao endividamento, portanto, aparece logo aí na primeira página, em que, portanto, a Autarquia dispõe de uma capacidade de endividamento de oitenta e um mil euros (81.000), embora o valor segundo a DEGAL, seja de trezentos e noventa e oito mil oitocentos e noventa e quatro (398.894). Depois, satisfazendo então ali o senhor deputado Luís Nascimento, que andava muito preocupado com os leasings e com os factorings e com os não sei quê, e com os empréstimos, penso que está aí tudo escrito. Em relação aos Encargos Processados e Não Pagos, portanto, tínhamos aí um milhão e trezentos mil euros (1.300.000). Em relação aos Empréstimos a Médio e Longo Prazo, após trinta e um de Dezembro de dois mil e um (31/DEZ/2001), foram contraídos três (03) empréstimos no valor de um milhão e setecentos mil (1.700.000); o restante são empréstimos anteriores. Portanto, estamos a falar aí de três milhões (3.000.000) de Empréstimos a Médio e Longo Prazo, mas, no nosso mandato, apenas um milhão e setecentos mil (1.700.000) Empréstimos, e atenção que estes empréstimos que aqui estão, toda a gente sabe para que é que foram utilizados, não é? Em relação aos Empréstimos a Curto Prazo, portanto, é aquele para fazer face a dificuldades de tesouraria, é aquele que aprovámos hoje. Em relação aos Leasings, temos aí trinta e quatro mil euros (34.000) anteriores a trinta e um do doze de dois mil e um (31/12/2001). E em relação aos acordos, fizemos um acordo com a Associação de Municípios de Évora e esse, isso que aí está, esses cento e vinte e seis mil euros (126.000) o custo de pagamento vai estar concluído em Fevereiro deste ano,

portanto, já se encontra pago cinquenta mil (50.000), foi para abater uma série de despesas de investimento do aterro sanitário e de uma série de dívidas antigas que a Câmara tinha à Associação de Municípios. Portanto, neste momento, a Câmara está limpa em termos de dívidas à Associação de Municípios. E fizemos isto, volto-vos a dizer, porque vai ser já na próxima segunda-feira que eu vou fazer uma proposta no Conselho de Administração para resolução imediata de todas as Câmaras das dívidas em atraso. Não posso admitir, não posso admitir que se ande a trabalhar numa Associação de Municípios e que haja pessoas com dívidas atrasadíssimas. Portanto, a Câmara de Borba pagou para ter legitimidade agora para exigir e é isso que temos procurado fazer e, portanto, como vos digo, em Fevereiro deste ano, isso vai estar completamente, completamente liquidado. Depois, em relação às execuções, os quadros representam a execução orçamental referente ao mês de Novembro, com o orçamento total e com o mensal, portanto, obtido pela divisão do orçamento total por doze (12) meses e verifica-se que apresenta uma taxa de execução de quarenta e sete, oitenta e quatro (47,84) em relação às receitas e quarenta e seis, setenta (46,70) em relação às despesas, isto face ao orçamento total, não é? Portanto, em relação ao orçamento mensal, pratica-se uma taxa de execução de cinquenta e dois (52) nas receitas e cinquenta (50) nas despesas. Relativamente às actividades do município, eu respigava apenas aquelas que me parecem mais importantes, além da actividade normal, e uma delas tem que ver com a questão da deslocação com a equipa responsável pelo PDM para avaliar no terreno, propostas dos perímetros urbanos dos vários aglomerados do concelho que penso que foi extremamente importante, porque uma coisa é ver essas propostas em mapa, outra coisa é avaliar-se, avaliar-se no terreno. A questão do estudo do trânsito da vila que deu origem a uma reunião com os comerciantes e que preocupou as pessoas com a questão das mudanças a efectuar. Portanto, e dizer que, no fundo, era uma proposta, que era um estudo e que estamos, sempre receptivos a todas as propostas de melhoramento que apareçam, porque dá-me a sensação que as pessoas entraram um bocado em pânico com o estudo apresentado. Também uma reunião que existiu com o CAST de Portalegre, no sentido de nos apoiarem na criação do Ninho de Empresas nas instalações da Exquabo. Também o papel importante que temos que desempenhar junto das escolas e penso ter sido frutuoso, e que tem que ver com a questão da articulação entre a Câmara e as escolas e os professores e o trabalho a desenvolver. A Comissão Mista de Acompanhamento do PDM que reuniu, o instrumento do ordenamento foi apresentado à comissão, os pareceres estão todos a chegar. Temos, neste momento, um problema complicado que não tem que ver propriamente com Câmara e que soube hoje; é que a comissão da REN, que é aquela que traz mais problema, pode eventualmente trazer mais problemas; primeiro não tinha presidente, agora já tem presidente, mas agora o presidente só entra em funções quando for publicado no Diário da República. Quer dizer, estamos a falar de um mês de atraso em termos de trabalho, não é? Depois, entretanto recebi uma carta da CCDR que diz que o projecto tem que estar pronto, que o PDM tem que estar pronto em Março. Esperamos que a pessoa tome posse rapidamente e seja publicado rapidamente no sentido de que a comissão reúna e que dê o parecer. Porque, neste momento, suponho que é o único parecer que falta é o parecer da REN, não por falta de trabalho nosso, mas por questões que têm que ver com substituição do presidente da REN. Depois, em relação também àqueles projectos que tinham sido candidatados e que não tinham obtido apoio, houve um contacto pessoal e, portanto, e apresentação de candidaturas directas, quer no INAG, quer no Secretário de Estado do Ambiente, agora no Governo de Gestão, com o objectivo de ver se conseguíamos um apoio para a realização deste tipo de projectos e finalmente o tal terreno em Rio de Moinhos que, com o objectivo de fazer um pequeno loteamento e a tal instalação do equipamento social que o senhor presidente da junta reclama há bastante tempo, mas que esperemos bem que agora exista terreno, mas que se encontre também verba que permita a construção do edifício, não é? Mas penso que o primeiro passo está dado, que é a compra do terreno. E passava a palavra aos senhores vereadores, se faz favor.

O Vereador Artur Pombeiro: Ora, boa noite a todos, as actividades estão descritas na folha que vos foi entregue. No entanto, colocar-me-ei à disposição para qualquer pergunta. Queria aqui, de facto, deixar uns pormenores do que é que foi a Feira dos Santos, mandámos fazer um levantamento desde mil novecentos e noventa e oito (1998) a dois mil e quatro (2004) e em que a receita em noventa e oito foi nove mil, trezentos e vinte e sete (9.327) e em dois mil e quatro, passou a ser de (37.357). Portanto, isto significa um aumento de quatrocentos por cento (400%). Agora, o mais importante e para aqueles que aqui comentaram que, de facto, a Feira dos Santos não tinha condições, podemos afirmá-lo neste momento que ambas as feiras, as duas últimas feiras correram perfeitamente bem. Na última feira que se realizou aqui

dentro, para além dos estragos, foi feita com muitas mais pessoas e o mais importante é que, nesse ano, houve setenta (70) roubos. O ano passado, houve dez (10) roubos e este ano houve zero (0) roubos. Portanto, em termos de segurança, penso que isto que é muito importante. Não só a receita arrecadada pela feira, como também a segurança que os municípios tiveram. E que todas as casas de pasto funcionaram maravilhosamente.

O Vereador Humberto Ratado: E, então, eu só iria colocar aqui em realce duas questões. Portanto, é o Plano de Sinalização Turística Concelhia que está mesmo, como está aí descrito, para breve a sua intervenção no que já está aprovado para a freguesia de Orada, núcleos urbanos e freguesia de Rio de Moinhos. Falo de freguesia, não falo só nos locais, atenção, freguesia total. E também no projecto do PRODEP III, como está aí escrito, pronto, que rapidamente será instalado nas escolas, assim como também todos os projectos de reformulação, remodelação dos espaços físicos e exteriores para os edifícios escolares, portanto, eles estão, neste momento concretizados e, e irão ser enviados à CCDR e DREIA, propriamente dito. Portanto, isto era assim e agora só aqui um, talvez não seja tão importante, mas é, de certa forma, um pouco congratulante, não é? Que na revista Mais Alentejo, como diz aí, o segundo cartaz da Feira das Ervas Alimentares ficámos com o prémio, em cinco (05) nomeados, portanto, quer dizer que, parabéns para o técnico; parabéns para Borba; parabéns para o Alentejo porque efectivamente conseguimos, numa segunda edição, levar um cartaz com o qual ganhámos o primeiro prémio publicitário na revista Mais Alentejo em cinco nomeados. Portanto, quer dizer, isto é uma questão que pode não ser muito relevante, mas, sem dúvida, é de louvar o trabalho técnico e a imagem que se tem produzido, ainda por cima numa feira nova, não é? Numa feira que foi lançada e numa feira nova. Portanto, tenho dito e espero algumas observações da Bancada.

O Membro António Paixão: Senhor presidente, eu começava por felicitar o Executivo da Câmara Municipal. Parece-me que ainda aqui ninguém se lembrou da brilhante Feira do Vinho, da Festa do Vinho e da Vinha deste ano. A forma como ela decorreu em espaço melhor e mais alargado, digna de se realçar e também aqui, na Assembleia fazer este justo elogio à Câmara Municipal pela realização da Festa do Vinho e da Vinha. Devíamos também assim achar que o senhor vereador Artur, se continua assim; aliás, já chegou ao ponto de dizer, este ano já extinguiu uma espécie que também não queríamos. Que não há gatunos. Acabou com os gatunos na feira, já não houve roubos, mas queria perguntar ao senhor vereador, desculpe lá, senhor presidente - ao senhor vereador Humberto que participou numa reunião de acompanhamento, da comissão de acompanhamento da comissão sobre a problemática do realojamento da etnia cigana, onde se definem estratégias e o que é que ele nos pode adiantar mais; qual foi a estratégia que foi definida e quais são os caminhos que leva e ao mesmo tempo prestar aqui outra informação a esta Assembleia que o senhor vereador Humberto também, não é que eu tenha nada contra o vereador Humberto, mas hoje tenho que lhe dizer isto, prometeu-me aqui, na última Assembleia, que, pelo menos, que eu manifestasse à Câmara e ele iria ver a forma de a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos receber algum apoio pelo facto de ter, ter instalado um posto público de Internet. Ele dirigiu-se a mim aqui de alguma forma que dava-me a ideia que, sim senhor, que a coisa se ia, que se ia resolver e que iriam ser entregues alguns apoios, mas quero informar só a Assembleia Municipal que, até este momento, ainda não recebi apoio e já recebi foi um ofício a dizer que não é muito possível apoios desta natureza. Pronto, era só para a Assembleia ter o conhecimento desta situação também. Muito obrigado.

O Membro Luís Nascimento: Finalmente se vê que há alguma evolução, não muita, mas alguma evolução, de facto, nos documentos que estão apresentados e lembrava ao senhor presidente, e através do presidente da Mesa da Assembleia, que eu na última Assembleia fiz um requerimento à Câmara e que não obtive resposta ainda, sobre algumas, alguns valores, algumas verbas. Esse requerimento foi feito por escrito, foi entregue e não obtive resposta nenhuma e foi em Setembro. Passando aos documentos, eu ia colocar, de facto, a mesma preocupação que o Paixão colocou, nomeadamente no que é que se está a passar nesta comissão de acompanhamento sobre a problemática do realojamento da etnia cigana, mas gostava também de saber mais esclarecimentos sobre a localização, o que é que se passa com o terreno, inicialmente tratado para realojar - entre aspas - este grupo de municípios, por assim dizer, e que, de facto, até hoje, o terreno está arranjado há bastante tempo, mas aquilo está parado, não sei o que é que se passa; gostava de ter uma informação da Câmara sobre essa matéria. Depois, sobre números, sobre números,

dizer que eu não estava preocupado em conhecer os dados, senhor presidente. Eu continuo preocupado em conhecer os dados, que é diferente e acho que é uma preocupação que deve ser de toda esta Assembleia, não é? Porque o senhor disse que, depois de dois mil e um (2001), só ou apenas tinham contraído um empréstimo de um milhão e setecentos mil euros (1.700.000), não é? Pois, é que para três milhões (3.000.000), só falta um milhão e trezentos mil (1.300.000). Quer dizer que contraíram mais empréstimo que aquele que estava contraído na Câmara do Executivo anterior, não é? Portanto, depois, sobre a evolução financeira da Autarquia, já disse um pouco quando foi da discussão do Orçamento; mas, de facto, aquilo que nós vemos é que o senhor presidente ainda há bocado o disse: "Não se preocupem com a dívida da Câmara", não é? Mas acho que quem pensa que vai gerir a próxima Câmara - não é? - a partir, a partir de Outubro do ano que vem, esse é que vai ter que se preocupar, de facto, com a dívida da Câmara, não é? Que é uma dívida que continua; desde Dezembro do ano passado, continua a subir, continua a subir. E em Dezembro do ano passado, estava em um milhão e setenta e nove mil de Dívida a Fornecedores; um milhão e setenta e nove mil euros (1.079.000). Em Novembro, nesta informação financeira, vem com um milhão e trezentos e dois mil euros (1.302.000), o que dá uma subida de duzentos e vinte e três mil euros (223.000) neste período de onze (11) meses. O que de alguma forma é assustador porque em cima de um milhão e setenta e nove mil euros de Dívida a Fornecedores, todos os dias haver, aumentar essa dívida em cerca de seiscentos e sessenta e cinco euros (665), mais cento e trinta contos (130.000\$00) por dia, por dia, acho que é, acho que é de as pessoas se preocuparem. Mais a mais, quando se vê que o nível de execução ou o nível de receitas que este Executivo tem tido, desde o início do ano, tem vindo sempre a decair, vindo a decair assim como a despesa, é evidente, não é? Mas, curiosamente, a despesa, entre Setembro e Novembro, aumentou, aumentou em termos de execução orçamental. Ligeiramente, mas aumentou. Mas tem vindo sempre a decair desde a primeira informação financeira que foi dada este ano aqui à Assembleia Municipal. O que revela que, de facto, por um lado, e nós alertámos para isso quando foi da execução do Orçamento do ano passado de que havia certamente artes de magia para arranjar dinheiro e cartolas com coelhos a saltar e o que se vê é que, de facto, isso não aconteceu e que o nível de execução é baixo e continua a baixar de mês para mês. Portanto, isso é que é preocupante. E, por agora, era isto.

O Membro António Anselmo: Agora, depois dessa, enfim, dessa situação toda que está má. Eu em relação à Câmara Municipal de Borba quero dizer, como presidente da Junta de Freguesia de São Bartolomeu, que as coisas correram bem. Naturalmente podiam ter corrido muito melhor. Eu acho que aquilo que se faz para as pessoas, para os fregueses das várias freguesias é sempre pouco em relação àquilo que eles devem ter. Agora, espero que a continuação do próximo ano até Outubro, não é? Acho que em Outubro acaba isto tudo, de maneira que vai ser um sossego, se possa fazer muito mais. Aquilo que vocês sabem, "vocês", Executivo da Câmara Municipal de Borba, e o senhor presidente sabe aquilo que a gente quer. Aquilo que a gente quer, aquilo que as pessoas querem e aquilo que as pessoas precisam. Penso que a forma descontraída e aberta e concreta com que falamos, resolvemos os assuntos. Com a conversa de ladeira abaixo, não resolvemos coisa nenhuma e eu não gosto de conversas de ladeira abaixo. No sítio exacto, lavamos a roupa suja e fazemos as coisas. Cá fora, somos todos amigos. Costumo, em final do ano, fazer sempre um, uma saudação especial: desejar um Bom Ano, um Bom Natal às pessoas todas e faço isso mais uma vez e com muito gosto. E amanhã, amanhã, eu e ali o meu amigo Joaquim Manuel, mais uma vez ficamos sem um tostão, tesos que nem um carapau, como diz o outro, mas vamos fazer o almoço dos idosos. Um almoço que representa tudo aquilo que a gente diz e que eu digo aqui há muito tempo: as casas degradadas, o Cartão do Idoso, o respeito pelas pessoas velhas e dizer que todas as pessoas que aqui estão gostam das pessoas mais velhas e gostam que elas estivessem sempre bem. Portanto, aquilo que se fez ou a intenção com que se fez é sempre boa, mas vamos aproveitar as ideias de todos e quanto mais conseguirmos fazer, melhor. Convido as pessoas todas que aqui estão, alguns convidados para almoçar, atenção: o presidente da Assembleia Municipal, o presidente da Câmara, os vereadores, todos os vereadores, os cinco (05) vereadores. Os outros membros da Assembleia, esses almoçam; aqueles que eu disse almoçam. Os outros restantes membros da Assembleia vão lá, bebem um copo e batem palmas quando eu falar. Bom Natal e Bom Ano. Obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal: Vou ver o que é que se está a passar porque eu não percebo porque é que não está a ser respondido porque devia ter sido, não é? Em relação à questão dos empréstimos que o

deputado Luís Nascimento falou, é óbvio que quem eu não gosto de falar do passado, nem queria falar mais do passado, mas quem tinha a dívida que tinha e toda a gente sabe o que é que era, não é? Se toda a gente sabe que houve quinhentos mil euros (500.000), um dos empréstimos foi de quinhentos mil euros, foi exactamente para pagar directamente aos fornecedores que não, que não recebiam há muito, há muitos meses e o milhão de euros (1.000.000), os duzentos mil contos (200.000.000\$00) foi porque não se podem fazer obras sem dinheiro e, portanto, foi para isso que aconteceu e as obras estão aí à vista e há muito dinheiro, neste momento, para entrar. Quero só dizer, quero-lhe só dizer, por exemplo, em termos de obras os loteamentos estão praticamente concluídos e daí há muito dinheiro para vir, havia uma série de problemas relacionados com instalações eléctricas também dos loteamentos que, neste momento, estão resolvidos. A V Feira do Queijo, a VI Feira do Queijo, a XII Festa da Vinha estão para homologação agora. Portanto, há muito dinheiro para vir e estamos convencidos que a situação está perfeitamente, perfeitamente controlada. Agora, não há dúvida nenhuma é que as obras que aí vêm têm que ser feitas com dinheiro e vamos recorrer ao crédito obviamente, não há obras sem dinheiro. E quando eu digo que não estejamos preocupados é porque, à partida, temos que contrair empréstimos, que vamos resolver e vamos; agora, as obras não vão deixar de se fazer com certeza. Eu já disse aqui mais do que uma vez que não vou parar de fazer obras por falta de dinheiro. Vou para o Banco; enquanto puder ir ao Banco, vou ao Banco. Não, não faço aquilo que fez o PS aqui há uns anos atrás, que pagou dívidas e depois deu-se o que se deu. Relativamente à questão da localização dos terrenos, o terreno previsto para a localização das pessoas de etnia cigana, dizer que houve um embargo por parte da CCR; que, neste momento; entretanto, depois também houve um pedido, a título excepcional, para se instalar provisoriamente e, portanto, estamos a aguardar resposta. É só isso, para já. Passava a palavra ao senhor vereador Humberto.

O Vereador Humberto Ratado: Senhor presidente de Junta, António Paixão, relativamente à etnia cigana, essa reunião é meramente uma reunião de comissão de acompanhamento que foi definida no projecto de intervenção comunitária, numa reunião de parceiros, foi definida essa comissão e, portanto, são aquelas, são aquelas reuniões parciais que temos de avaliar o ponto de situação. O senhor presidente acabou de dizer qual é o ponto de situação e depois, com o desenvolvimento dos trabalhos, portanto, foi ver o ponto de situação e o que é que poderemos e como poderemos vir a intervir. Fiquei sem perceber aí uma questão, senhor presidente da Junta. Relativamente ao Espaço Internet o que me está a dizer, é que eu não me lembro, eu não me recordo de ter assinado, nem sequer ter recebido qualquer tipo de informação a solicitar esse apoio por parte da Junta de Freguesia ou alguma reunião consigo. Não sei, não me recordo. Mas, entretanto; mas, entretanto, é assim: ficou também de o senhor presidente falarmos e isso não aconteceu ou vir, ou vir algum ofício, alguma coisa. Eu desconheço esse ofício, se é que chegou. Pronto, sinceramente desconheço esse ofício. Mas já agora, também só fazer aqui uma breve reflexão, é muito breve, relativamente ao senhor deputado Luís Nascimento. Pronto, o senhor deputado Luís Nascimento, felizmente gosta muito de fazer contas e acho muito bem, vai aprendendo a fazer contas também. Não é a área dele, mas pronto, vai aprendendo a fazer contas. Mas e fázia-as bem, não estou, não estou a duvidar que não as faça bem. Só, só gostava de colocar uma questão, talvez me possa responder, se alguma vez, num mandato da CDU, teve acesso ou soube, por exemplo, quanto é que era o custo, por exemplo, da Festa da Vinha e do Vinho? Um simples dado. Porque com exemplos também vamos lá. E só quero dizer que eu tenho os dados das três (03) festas que já realizámos, digamos, com uma margem de erro de dez (10), quinze por cento (15%) e até assumo que seja para cima, nunca para baixo, mas é provável que, pelo menos, por dados anteriores, só pela auditoria que tivemos é que foi perceptível, temos quatrocentos mil euros (400.000) pela auditoria da festa de dois mil e um (2001); de resto, não temos mais dados nenhuns. Portanto, é apenas um pequeno exemplo em como nós estamos aqui a fazer um controlo. E que estamos a fazer um controlo inclusivamente até nas nossas actividades. Estas actividades têm um custo e, neste momento, tem vindo a decrescer o custo real e tem aumentado a qualidade, inclusivamente. Portanto, tem havido um certo rigor, inclusivamente. E eu posso demonstrar isso. Portanto, pelo menos, nestas actividades, não é? O restante, falamos depois.

O Membro António Paixão: Senhor presidente, eu sei que estamos todos para sair, mas para não deixarmos esta, esta dúvida no ar aí com o senhor vereador. Pronto, senhor vereador, eu sugeri aqui a hipótese de se ser apoiado pelo facto, pelo facto de ter instalado a Internet, posto público de Internet. O senhor disse-me que eu que falasse com a Câmara e seria solucionado o problema, está aqui escrito na

acta, e a Câmara diz-me é que não há hipótese. Portanto, é só para a Assembleia também saber que o problema foi equacionado.

O Presidente da Câmara Municipal : Não. Há aí um, deixa-me só esclarecer, senhor presidente, se me permite, eu esclareça só o assunto. A questão é a seguinte: aquilo que o senhor presidente Paixão disse, e disse muito bem, que precisava de apoio para determinadas actividades. Aliás, não foi só em relação ao Espaço de Internet, houve mais duas ou três situações e ficou de falar depois com o senhor vereador. Entretanto, em termos protocolares, e falámos em termos protocolares, aquilo que estava previsto, não havia, na altura, hipótese. Estava previsto aquela despesa, o que não significa que até ao final do ano, não se possa tentar ver se há alguma hipótese ou não. Mas isso é um assunto que se poderá ver em termos protocolares, não é? Porque não podemos apoiar uma Junta de Freguesia assim: "Toma lá um cheque", não é? O senhor presidente sabe disso. Já agora, e se não houvesse, se o senhor presidente me permitir, se não houver mais nenhuma, mais, mais nenhuma inscrição - estarei sempre à disposição - queria, queria dizer aos senhores membros da Assembleia Municipal que têm à vossa disposição um pack de vinho que podem, à saída, depois levar e desejar e desejar a todos um Bom Natal e um Feliz Ano Novo.

O Presidente da Assembleia Municipal : Portanto, vamos aprovar, em minuta, as principais deliberações tomadas durante esta sessão. Após a leitura e votação das minutas constantes, em anexo, foi dada por encerrada a sessão.

ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Pedido de Substituição do membro Jerónimo Cavaco

Anexo 2 - Pedido de substituição do membro Joaquim Manguinhas

Anexo 3 - Correspondência expedida

Anexo 4 - Correspondência recebida

Anexo 5 - Deliberação aprovada em minuta do ponto 3.2 da Ordem do Dia

Anexo 6 - Deliberação aprovada em minuta do ponto 3.3 da Ordem do Dia

Anexo 7 - Deliberação aprovada em minuta do ponto 3.4 da Ordem do Dia

Anexo 8 - Deliberação aprovada em minuta do ponto 3.5 da Ordem do Dia

Anexo 9 - Proposta apresentada pelo membros do PS para constituição de uma Comissão.

Anexo 10 - Deliberação aprovada em minuta do ponto 3.6 da Ordem do Dia

Anexo 11 - Proposta de alteração apresentada pelos membros da CDU.

Anexo 12 - Deliberação aprovada em minuta do ponto 3.7 da Ordem do Dia

Anexo 13 - Proposta de alteração apresentada pelos membros da CDU.

Anexo 14 - Deliberação aprovada em minuta do ponto 3.8 da Ordem do Dia